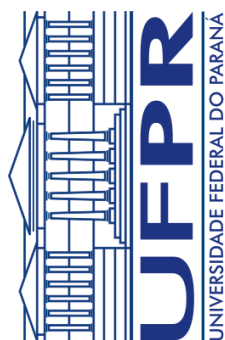


**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

RICARDO LEMES DA ROSA

**A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE E SUA
RELAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL**



**CURITIBA
2011**

RICARDO LEMES DA ROSA

**A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE E SUA
RELAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL**

Dissertação de Mestrado defendida
como pré-requisito para a obtenção
do título de Mestre em Educação
Física, no Departamento de
Educação Física, Setor de Ciências
Biológicas da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Profº Dr. Fernando Marinho Mezzadri



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Departamento de Educação Física
Programa de Pós Graduação
Mestrado/Doutorado em Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

RICARDO LEMES DA ROSA

“A Política Nacional do Esporte e Sua Relação Entre o Global e o Local”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri (Orientador)
Departamento de Educação Física / UFPR

Professora Dra. Maria Tarcisa S. Bega
Membro Externo

Professor Dr. Wanderley Marchi Junior
Membro Interno

Curitiba, 25 de Março de 2011

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que
direta ou indiretamente contribuíram na
concretização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

A DEUS por mostrar que existe um tempo de plantar e um tempo para colher.

Aos meus pais, estas pessoas maravilhosas que foram fundamentais na minha formação *Humana*, portanto do fundo do meu coração, digo a você seu *Oreste* e a você Dona *Diair*, meu eterno e muito Obrigado.

Agradeço carinhosamente à minha esposa Flávia pelo companheirismo e principalmente pela paciência durante este valioso percurso.

Aproveito esta oportunidade para agradecer a três pessoas que muito me incentivaram antes mesmo da minha entrada no programa. Obrigado Camile Silva, Ricardo Sonoda e Cleyton Ferreira, pois vocês são co-responsáveis por este trabalho.

Agradeço aos colegas e amigos do mestrado pela troca de experiência, pelo bate papo e é claro pelas boas e velhas risadas durante esta jornada: Ana Paula Cabral Bonin, Bárbara S. Almeida, Bruno Barth, Juliano de Souza, Luciano Cruz, Marina Redekop, Saulo Willig e Suelen Eiras.

Obrigado aos colegas do CEPELS, do grupo de pesquisa em políticas públicas para o esporte e lazer: Letícia Godoy, Rosecler Vendruscolo, Isabel Cristina Martines, Marcos Ruiz, Elisa Donha, Marcos Rogério, Rafael Batista e a Andrea Vialich, a quem agradeço pela enorme atenção disponibilizada na reta final do trabalho.

Agradeço aos Profissionais, amigos e colegas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de São José dos Pinhais e do Colégio Bom Jesus.

Agradeço aos meus alunos do “Programa Maturidade Ativa” por estarem Sempre comigo ensinando-me que a vida é para ser vivida!...

O meu obrigado também a todos os participantes da pesquisa, os quais neste momento não podem ser citados, mas que reconhecidamente os parabeno pelos seus trabalhos.

Meu muito obrigado aos professores Fernando Renato Cavichioli, Doralice Lange de Souza, e André Capraro.

Às professoras coordenadoras do Programa de Pós-graduação em Educação Física: Joice Mara Facco Stefanello e Neiva leite. Agradeço também ao secretário do Programa: Daniel Dias.

Agradeço aos membros da banca: Professora Cristina Medeiros, Professora Janice Mazzo, Professora Tarcisa Bega e Professor Wanderley Marchi Junior, o qual resgatou em mim o verdadeiro sentido da palavra *Educador*.

E por fim, quero prestar um agradecimento especial ao meu Orientador e Amigo Fernando Marinho Mezzadri. Primeiro por acreditar e confiar no meu trabalho, e segundo e não menos importante, por sempre estar à disposição das pessoas para ouvi-las, (*ação rara nos dias de hoje*) e assim dividir um pouco da sua experiência de vida com o próximo, além de nos lembrar a todo o instante que somos os autores da nossa própria história. A você Professor do fundo do meu coração, O MEU MUITO OBRIGADO.

*“Nada é possível saber como deve ser
se não se sabe antes como é!...”*

(Jacob Bazariam)

RESUMO

Esta pesquisa tem sua problemática pautada na Política Nacional do Esporte (PNE) e sua relação entre a esfera federal e municipal, representados pelas estruturas burocráticas do Ministério do Esporte (ME) e pelas secretarias municipais de esporte dos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, localizados na região metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil. Nosso objetivo foi analisar como a Política Nacional do Esporte orientou o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, no período de 2005 a 2010. Para tanto, investigamos as diretrizes, preceitos e objetivos da PNE, bem como, os programas e projetos desenvolvidos por estes municípios no referido período. Como procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando para a coleta dos dados a descrição de documentos e a entrevista semi-estruturada. Como instrumentos para a reflexão acerca do problema apresentado, utilizamos a teoria central da Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu, e os conceitos básicos sobre políticas públicas. Nossa pesquisa ficou dividida da seguinte maneira: no primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico proposto, tratando especificamente da interseção entre o campo esportivo e o campo político na relação entre a esfera federal e municipal; no segundo capítulo descrevemos a PNE, apontando aspectos históricos de sua construção e elaboração, além de apresentar seus preceitos, objetivos, teses e diretrizes gerais; e no terceiro e último capítulo desmembramos a discussão em três partes. Na primeira parte fazemos uma reflexão sobre a Política Pública enquanto uma área de conhecimento, apontando seu conceito geral e seus desdobramentos frente à política setorial de esporte. Na segunda parte apresentamos algumas características sobre a economia, a população, indicadores sociais e a estrutura esportiva dos referidos municípios. Na terceira parte que finaliza o terceiro e último capítulo, apresentamos os dados da pesquisa coletados *in lócu* e realizamos sua análise. As reflexões acerca destas informações nos permitiram constatar que a relação entre as estruturas burocráticas do ME e as secretarias municipais de esporte de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais e seus respectivos agentes sociais, é uma relação político-partidária, sugerindo que na interseção entre o campo esportivo e o campo político existe um desequilíbrio que limita o estabelecimento de diálogo. Os programas e projetos desenvolvidos pelo ME e que foram citados pelos agentes dos três municípios, fazem-se presentes em apenas um deles, no qual existem vínculos político-partidários entre os agentes que representam ambas as estruturas, demonstrando que o capital político é um recurso significativo na viabilização de ações e parcerias com o governo federal. Outro dado relevante neste processo de compreensão acerca da relação entre a esfera federal e municipal refere-se ao fato de que os gestores dos municípios investigados, embora conheçam algumas ações e projetos do ME, como por exemplo, o programa Segundo Tempo, PELC e Bolsa Atleta, pouco demonstram saber a respeito dos objetivos e preceitos da PNE, não considerando tal política para a elaboração de suas ações. Este dado vem a confirmar a hipótese apontada por nosso trabalho de que a PNE não tem orientado satisfatoriamente o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer na esfera municipal.

Palavras-chave: Política Nacional do Esporte; Federal e Municipal; Políticas Públicas; Esporte.

ABSTRACT

This research is problematic based on National Sports Policy (PNE) and the relationship between the federal and municipal governments, represented by the bureaucratic structures of the Ministry of Sports (ME) and the secretariats municipalities of sport from Araucaria, Pinhais and São José dos Pinhais, located in the metropolitan region of Curitiba, Parana, Brazil. Our objective was to examine how the National Sports Policy has guided the development of public policy for sport and leisure in the cities of Araucaria, Pinhais e São José dos Pinhais, in the period from 2005 to 2010. We therefore investigated the guidelines, principles and objectives of the PNE, as well as programs and projects developed by these municipalities in that period. The methodological procedures, we adopted a qualitative approach, using data collection to document description and semi-structured interview. As tools for reflection on the problem presented, we used the central theory of Reflexive Sociology of Pierre Bourdieu, and the basics of public policy. Our research was divided as follows: the first chapter presents the proposed theoretical framework, dealing specifically with the intersection between the sports field and in the political relationship between the federal and municipal, in the second chapter we describe the PNE, pointing out historical aspects of its construction and preparation, and present its precepts, goals, theories and guidelines, and the third and final chapter classified the discussion into three parts. In the first part we make a reflection on Public Policy as an area of knowledge, pointing its general concept and its development opposite the sports sector policy. The second part presents some characteristics about the economy, population, social indicators and the structure of these sports cities. In the third part that ends the third and final chapter, we present the survey data collected in locus and conducted its analysis. The reflections on this information allowed us to verify that the relationship between the bureaucratic structures of ME and the municipal sports from Araucaria, Pinhais and São José dos Pinhais and their social agents is a party-political relationship, suggesting that the intersection between the sports field and political field there is an imbalance that limits the establishment of dialogue. Programs and projects developed by the ME and that were cited by agents of the three municipalities, are always present in only one in which there are links between the political party agents representing both structures, showing that political capital is a resource significant to the viability of initiatives and partnerships with the federal government. Another relevant in this process of understanding the relationship between the federal and municipal refers to the fact that the managers of the cities surveyed, although aware of some activities and projects of ME, for example, the program "Segundo Tempo", PELC and "Bolsa Atleta", show little knowledge about the goals and precepts of the PNE, not considering such a policy for the preparation of their actions. This figure is to confirm the hypothesis indicated by our work that the PNE has not successfully guided the development of public policies on sport and recreation at the municipal level.

Key-words: National Sports Policy; Federal and Municipal; Public Policies; Sport.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - INVESTIMENTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME) E OUTROS MINISTÉRIOS POR PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER, EM MILHÕES DE REAIS – 2005-2008.....	45
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	-	DADOS COMPARATIVOS ENTRE A LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TENDO COMO REFERÊNCIA A CIDADE DE CURITIBA.....	63
TABELA 2	-	DADOS COMPARATIVOS ENTRE A POPULAÇÃO E ECONOMIA DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	64
TABELA 3	-	DADOS COMPARATIVOS ENTRE ÍNDICES SOCIAIS DE ARAUCÁRIA PINHAIS, E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	66
TABELA 4	-	DADOS COMPARATIVOS ENTRE A RECEITA MUNICIPAL E AS DESPESAS REFERENTES AO DESPORTO E LAZER DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	67
TABELA 5	-	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE EXISTENTES EM ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	71

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-	SOBREPOSIÇÃO ENTRE O CAMPO POLÍTICO E CAMPO ESPORTIVO.....	35
FIGURA 2	-	MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM ÊNFASE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC).....	62
FIGURA 3	-	MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, COM DESTAQUE A CIDADE DE CURITIBA, E AOS MUNICÍPIOS DE ARAUCÁRIA, PINHAIS, E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	62
FIGURA 4	-	CABO DE AÇO COMO ANALOGIA DE POLÍTICA PÚBLICA.....	99

LISTA DE SIGLAS

ATI	Academia da Terceira Idade
CEDES	Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
CENESP	Centro de Excelência Esportiva
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CNE	Conselho Nacional do Esporte
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
IES	Instituto de Ensino Superior
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOM	Lei Orgânica Municipal
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MS	Ministério da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PMA	Prefeitura Municipal de Araucária
PMP	Prefeitura Municipal de Pinhais
PMSJP	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais
PNE	Política Nacional do Esporte
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SESA	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
WADAMA	World Anti-Doping Agency

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
CAPÍTULO 1 – A SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU.....	22
1.1 O campo esportivo.....	30
1.2 O campo político.....	32
1.3 A aproximação entre o campo político e o campo esportivo.....	35
 CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE	
2.1 Aspectos históricos de sua construção.....	38
2.2 A Política Nacional do Esporte: Suas teses, preceitos e manifestações esportivas.....	45
2.3 Os objetivos, princípios, e ações estratégicas da Política Nacional do Esporte.....	53
 CAPÍTULO 3 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA ESFERA MUNICIPAL.	
3.1 Compreendendo o conceito de Política Pública.....	56
3.1.1 As análises de políticas públicas.....	60
3.2 Os municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais.....	61
3.3 A relação entre a esfera federal e municipal.....	73
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE.....	107
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

A última década foi um marco nas discussões sobre o desenvolvimento das políticas públicas de esporte no país. Em 2003 tivemos a criação do Ministério do Esporte (ME), órgão máximo da estrutura burocrática do governo federal, responsável pelas políticas de organização e promoção do esporte e do lazer no Brasil.

Em 2004, fortalecendo ainda mais essas discussões, O ME promoveu em todo o país I Conferência Nacional de Esporte (CNE) com a temática “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, com etapas municipais e estaduais. O fruto deste debate foi a elaboração da Política Nacional de Esporte (PNE), marcando a construção de uma política estruturante que estabeleceu as macro diretrizes e estratégias para o esporte brasileiro.

Em 2005 a PNE foi aprovada pelo Conselho Nacional de Esporte, que é o órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento diretamente vinculado ao ME. A tese fundamental da PNE é contribuir para o desenvolvimento da discussão sobre o esporte no Brasil, caracterizando o mesmo como uma política de Estado, que deve favorecer o fortalecimento da identidade cultural e da cidadania do povo brasileiro. Dentre alguns objetivos desta Política destacamos: a democratização e universalização do acesso ao esporte e ao lazer; a descentralização da gestão das políticas públicas; o fomento da prática do esporte educativo e participativo; e o incentivo ao desenvolvimento de talentos esportivos (PNE, 2005).

Nesse entendimento a política destaca que as práticas esportivas são atividades imprescindíveis ao desenvolvimento humano e por isso exigem condições específicas para atender à diversidade presente na sociedade. Além disso, a PNE aponta a democracia como um valor fundamental para balizar a gestão do esporte e favorecer o acesso às práticas esportivas e aos espaços apropriados a tais práticas. Defende ainda a idéia de se estimular a participação popular com poder de decisão, promovendo a organização de instâncias administrativas, a formação de conselhos, e a descentralização da estrutura, da organização e da gestão, assegurando assim o planejamento participativo, a avaliação, e o respeito às instâncias coletivas constituídas (PNE, 2005 p. 127 - 131).

Dando continuidade às discussões sobre o desenvolvimento do esporte no Brasil, foi realizada a II Conferência Nacional de Esporte no ano de 2006, com a temática “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, que manteve as mesmas características do evento anterior. Nesta edição foram debatidos: a fundamentação sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer; o Relatório do I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, realizado pelo ME em outubro de 2005, com a presença de representantes do esporte e do lazer nacional; e o Projeto de Lei do Estatuto do Esporte.

Os debates sobre o esporte no país ampliaram-se ainda mais a partir de 2007 e 2009, quando o Brasil foi escolhido para sediar os dois maiores eventos do planeta, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Tais eventos contribuíram para que o fenômeno esportivo passasse a ocupar momentaneamente um lugar de prioridade na agenda política do país. Assim, o esporte adquiriu *status* de um problema público, pois os mais diversos agentes, tanto do campo político quanto esportivo, realizaram vários debates, considerando o mesmo numa situação inadequada no país, necessitando de melhorias, e que estas melhorias são relevantes para a coletividade, o que justificaria um maior investimento estatal (SECCHI, 2010).

Considerando os primeiros passos dados pelas conferências anteriores, realizou-se em 2010, também em Brasília, a III Conferência Nacional de Esporte que teve como tema o “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para Projetar o Brasil entre os 10 mais”, também com suas etapas municipais e estaduais. Deste evento foram elaboradas ações e metas em dez eixos de trabalho, sendo eles: o Sistema Nacional de Esporte e Lazer; a Formação e Valorização Profissional; o Esporte, Lazer e Educação; o Esporte, Saúde e Qualidade de Vida; a Ciência e Tecnologia; o Esporte de Alto Rendimento; o Futebol; o Financiamento de Esporte; a Infra-Estrutura Esportiva; e o Esporte e Economia.

Com base em todo esse processo de discussão que veio se desenvolvendo em torno das políticas públicas para o esporte proporcionado pela realização das três edições da Conferência Nacional do Esporte, elaboramos nosso problema de pesquisa pautado na análise da interseção entre os campos esportivo e político, mais especificamente no que diz respeito à PNE e sua relação entre a esfera federal e municipal, buscando compreender como as ações

(objetivos, teses e preceitos) preconizadas pela PNE contribuem (ou não e por quê?) para com as políticas públicas locais.

Sendo assim, nosso objeto de análise pauta-se na seguinte questão: **a Política Nacional do Esporte (PNE) orientou o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, localizados no Estado do Paraná, no período de 2005 a 2010?**

Objetivamos analisar como a Política Nacional de Esporte (PNE) orientou o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, no período de 2005 a 2010. Para compreender esse processo, colocamos como objetivos específicos: (1) identificar e analisar os objetivos, princípios e diretrizes que regem a PNE e (2) analisar a elaboração das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais entre 2005 a 2010, verificando se a PNE foi utilizada como documento norteador no processo.

Nossa hipótese de trabalho é de que, devido às disputas que se estabelecem entre os agentes, dentro e entre os campos político e esportivo, a PNE não foi utilizada como referência no desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios envolvidos na pesquisa, embora alguns agentes tenham demonstrado algum conhecimento sobre a referida política.

Com relação à escolha dos municípios, esta se deu por se localizarem na região metropolitana de Curitiba e pelo fácil acesso do pesquisador aos profissionais e gestores públicos desses municípios. Outro aspecto considerado nesta escolha é o fato de que, embora estejam regionalmente próximos, os municípios possuem particularidades quanto ao seu desenvolvimento histórico, econômico, político e social, o que possivelmente implica no desenvolvimento e nos investimentos na área de esporte e lazer.

Sobre o recorte temporal da pesquisa, estabelecemos o período de 2005 a 2010, pelo fato da PNE ter sido aprovada no ano de 2005, não havendo como buscar dados anteriores a este período e, 2010, pelo fato de encerrar-se neste ano o tempo legal para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Muitas questões não puderam ser contempladas em nosso trabalho, mas acreditamos que o mesmo pode contribuir fornecendo subsídios para novas investigações.

Nosso trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro abordará o referencial teórico que trata da “Sociologia Reflexiva” de Pierre Bourdieu, através da compreensão da interseção entre o campo esportivo e o campo político.

No segundo capítulo apresentaremos a Política Nacional do Esporte em três momentos: no primeiro em relação a alguns aspectos do processo histórico de sua elaboração; no segundo abordaremos suas teses, preceitos e manifestações esportivas; e no terceiro traremos os objetivos, princípios e diretrizes previstos por esta política.

No terceiro e último capítulo desmembramos a discussão em três partes. Na primeira parte fazemos uma reflexão sobre a Política Pública enquanto uma área de conhecimento, apontando seu conceito geral e seus desdobramentos frente à política setorial de esporte. Na segunda parte apresentamos algumas características sobre a economia, a população, indicadores sociais e a estrutura esportiva dos referidos municípios. Na terceira parte trazemos os dados da pesquisa e realizamos sua análise, buscando responder ao nosso problema central, expondo nossas compreensões, conclusões e expectativas acerca da Política Nacional do Esporte e sua relação entre a esfera federal e municipal.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual dialoga com uma abordagem sociológica de análise. Optou-se pelo estudo qualitativo, pois esta modalidade nos permite investigar o tema proposto, buscando um aprofundamento e compreensão do desenvolvimento do campo esportivo e sua relação entre o Ministério do Esporte e as Secretarias Municipais de Esporte e Lazer de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, e assim estabelecer uma análise significativa e detalhada dos fenômenos que compõem este espaço social.

Considerando as palavras de Lakatos & Marconi:

A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc. (2007, p. 269).

Foram utilizados como instrumentos metodológicos para a coleta de dados as entrevistas semi-estruturadas, as quais têm como premissa verificar, sob a perspectiva dos agentes selecionados, o objeto do estudo em questão, permitindo derivar a conversação a respeito da ordem e das formalidades apresentadas no roteiro (LAKATOS & MARCONI, 1991).

De acordo com Severino (2007), as entrevistas são técnicas de coleta de informações muito utilizadas nas pesquisas desenvolvidas nas Ciências Sociais, tratando-se de um importante instrumento que permite uma interação entre o pesquisador e o pesquisado, e que através desta, o pesquisador visa se aproximar e apreender o que os sujeitos sabem, pensam, representam, fazem e argumentam.

É importante destacar que embora as entrevistas demonstrem um significativo instrumental de análise de nosso objeto de estudo, as mesmas também podem apresentar fatores limitantes na coleta das informações. Nesse aspecto nos amparamos em Gil que explica o seguinte:

Qualquer que seja o instrumento utilizado convém lembrar que as técnicas de interrogação possibilitam a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados. Assim, o levantamento apresentará sempre algumas limitações no que se refere ao

estudo das relações sociais mais amplas, sobretudo quando estas envolvem variáveis de natureza institucional. No entanto, essas técnicas mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa “sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes (2009, p. 115).

Portanto a realização da entrevista se apresenta como um recurso instrumental necessário na obtenção de respostas aos questionamentos apontados no estudo. Sendo assim, foram entrevistados oito agentes representantes das secretarias municipais de esporte e lazer dos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais que atuaram no período de 2005 a 2010. Estas entrevistas nos ajudaram a levantar dados pertinentes sobre o desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer nos referidos municípios, pois os mesmos ocupam diferentes posições profissionais e sociais no campo esportivo em questão, e desta forma foi possível ampliar o olhar sobre nosso objeto de análise e compreender principalmente como têm sido elaborados e efetivados os programas, projetos e eventos de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios, analisando se estes tiveram referência ou não da Política Nacional do Esporte.

É importante ressaltar que fazia parte de nosso cronograma de trabalho entrevistar um agente representante do Ministério do Esporte vinculado à equipe técnica responsável pela elaboração da Política Nacional do Esporte. Porém, no decorrer de nossa pesquisa, devido à dificuldade de agenda do profissional, a entrevista não foi concretizada. Tentamos mesmo assim manter a participação do mesmo alterando o instrumento de pesquisa para um questionário com questões abertas que nos permitissem analisar a referida problematização. Contudo, após vários contatos com o profissional em questão, obtivemos uma resposta negativa sobre a sua participação, e o mesmo não nos retornou o questionário. Este fato nos limitou a compreender como o Ministério do Esporte pensa a Política Nacional de Esporte na sua forma global, ou seja, como atende a todo território nacional, qual a sua relação com as políticas públicas num espaço social local, no nosso caso, representado pelos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais.

Com relação à participação dos agentes que foram entrevistados, esta levou em consideração o envolvimento dos mesmos no campo esportivo

analisado, estabelecendo-se como critérios de inclusão: (1) ter atuado nas secretarias de Esporte e Lazer de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais por no mínimo dois anos no período que compreende a pesquisa; (2) ter ocupado o cargo de secretário, e/ou diretor e chefe de departamento de esporte e professor; (3) ter participado efetivamente da elaboração dos programas, projetos e eventos de esporte e lazer; (4) autorizar legalmente sua participação no estudo por intermédio da assinatura do Consentimento Livre e Esclarecido.

Outro instrumento utilizado nesta pesquisa refere-se à técnica de documentação, caracterizada por Severino como:

Toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho (2007, p. 124).

No nosso caso, utilizamo-nos dessa técnica no sentido de nos ajudar a identificar, levantar e explorar nossos documentos fonte. Para a escolha de tais documentos, consideramos a definição de Mazzoti & Gewandsznajder para documento:

Qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação. Regulamentos, atas de reuniões, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, etc., podem nos dizer muita coisa sobre os princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e sobre as relações que se estabelecem entre diferentes subgrupos (2001, p.169).

Sendo assim, consideramos como nossos documentos fonte os seguintes documentos: a Política Nacional do Esporte (PNE), as Leis Federais, as Leis Orgânicas Municipais e os relatórios de projetos, programas e eventos realizados pelos municípios. A descrição de tais documentos contribuiu para com um maior entendimento acerca de como foram planejadas e implementadas (oferta e demanda) as políticas públicas de esporte e lazer nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais e sua possível relação com a Política Nacional do Esporte.

Em relação à discussão e à análise desta pesquisa, teremos como eixo principal o modelo de análise sociológica pautada na “Sociologia Reflexiva” de Pierre Bourdieu. De acordo com o autor, o trabalho de um sociólogo baseia-se principalmente em levantar questões no seio da sociedade e tentar dar respostas a estas mesmas questões. O pesquisador deve atuar como um inspetor social, buscando entender a sociedade através do recolhimento de dados e informações (empíria) as quais devem estar costuradas com a teoria (BOURDIEU, 2004).

Antes de responder a qualquer tipo de questão, o sociólogo deve ter consciência do fato de que ele próprio faz parte do objeto de estudo, pois também é um ator social. Assim, Bourdieu considera que:

A maldição das Ciências Humanas, talvez, seja o fato de abordarem um objeto que fala. Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores. Não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, para justificar a conduta deles, e até mesmo, as razões que propõem: ao proceder dessa forma, corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda ou por um meio misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do “cientista” e da sociologia espontânea de seu objeto (2004, p. 50).

Portanto, é necessário que o pesquisador desconfie de suas próprias idéias e conceitos anteriormente estabelecidos. Para tanto, este deverá efetuar o que se chama de ruptura epistemológica, realizando uma sociologia de sua sociologia, construindo e reconstruindo o conhecimento científico, entendido por Bourdieu da seguinte maneira:

Ao colocar sua epistemologia sob o signo do “por que não?” e a história da razão científica sob o signo da descontinuidade ou, melhor, da ruptura contínua, Bachelard recusa à ciência as certezas do saber definitivo para lembrar que ela só poderá progredir ao colocar perpetuamente em questão os princípios de suas próprias construções (2004, p. 39).

Dessa forma, ao investirmos tempo e leitura, entendemos a necessidade do nosso objeto de estudo estar amparado primordialmente pelo rigor científico em todas as suas fases.

Assim, desde o momento de sua elaboração, na qual buscamos informações acerca do tema proposto, passando para a fase da problematização central do estudo e, avançando para construção metodológica, vamos afirmando a responsabilidade que o objeto possui ao apontar o caminho e a teoria que ele necessita para buscar respostas às indagações que o próprio demonstrou, evitando muitas vezes que o pesquisador, ao não se submeter às suas próprias indagações, corra o risco de trazer as respostas sem mesmo fazer as perguntas. Então, conforme Bourdieu, destacamos:

Sem teoria, não é possível regular um único instrumento, interpretar uma única leitura... Basta ter tentado uma vez submeter à análise secundária o material coletado em função de outra problemática, por mais neutra que esta possa ser na aparência, para saber que os *data* mais ricos nunca estariam em condições de responder completa e adequadamente a questões para as quais e pelas quais não foram construídos. Não se trata de contestar, por princípio a validade da utilização de um material já usado, mas sim lembrar as condições epistemológicas desse trabalho de *retradução* que incide sempre sobre fatos construídos (bem ou mal) e não sobre os dados (2004, p. 49).

Compreendendo que o Ministério do Esporte e as Secretarias Municipais de Esporte e Lazer dos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais são estruturas que se fazem presentes na interseção do campo esportivo e político e na composição deste espaço social, os mesmos apresentam os mais variados agentes dotados de seus *habitus* e *capitais* distintos, os quais são representados no referido campo, em específico, pelos profissionais responsáveis pela elaboração e efetivação das ações (oferta e demanda) que compõem o quadro das políticas públicas. Tendo esta compressão como premissa, pautamos nossa pesquisa a partir da “Sociologia Reflexiva” de Pierre Bourdieu.

Esclarecidos os procedimentos metodológicos da pesquisa, passaremos à apresentação do capítulo I.

CAPÍTULO I

1. A SOCIOLOGIA REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU

O primeiro capítulo visa fundamentar teoricamente o trabalho, através da “Sociologia Reflexiva” de Pierre Bourdieu, da qual destacaremos como conceitos centrais a noção de *habitus* e os conceitos de “campo” e de “capital”.

Esses conceitos subsidiarão o objeto de análise central que se pauta na sobreposição entre o campo político e campo esportivo, ou seja, na inter-relação entre a esfera federal e municipal, representada pelo Ministério do Esporte e as secretarias municipais já referenciadas. A partir desta compreensão, faremos uma breve apresentação da referida teoria.

Uma das contribuições da sociologia como disciplina e área de conhecimento é despertar no indivíduo que a estuda, a reflexão e um olhar mais apurado que o permita ultrapassar as barreiras das discussões e análises balizadas pelo senso comum.

Construir um objecto é, antes de mais nada e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições logo, ao mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda a parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa (BOURDIEU, 2005, p. 34).

Ao trazermos a “Sociologia Reflexiva” de Pierre Bourdieu como eixo de análise teórica deste trabalho, compreendemos que o autor tem influenciado significativamente a renovação do questionamento científico e sociológico, pois inúmeras foram as suas obras¹ voltadas às ciências sociais que o projetaram como um intelectual combativo e empenhado nas causas mais urgentes (BONNEWITZ, 2003), além de nos possibilitar através de seu arcabouço teórico uma aproximação significativa dos estudos referentes a temática esportiva².

Ao optamos por utilizar a referida teoria, entendemos que ela nos permitirá, através de seu instrumental sociológico, avançar na compreensão do

¹ Tais como *Les héritiers*, *La Reproduction*, *La Distinction*, *Le sens pratique* e *La misère du monde*.

² Exemplos de autores que utilizaram o referencial teórico de Bourdieu em seus estudos voltados ao esporte: Marchi Jr (2001), Martins (2004), Veronês (2005), Starepravo (2006), Martines (2009), Almeida (2010), Pijak Jr (2010).

objeto de análise proposto neste estudo, distanciando-nos das “crenças e da passionalidade”, e assim nos mantendo o mais próximo possível do rigor metodológico que a pesquisa exigirá. Justificada a escolha da teoria apresentada, passaremos a partir de agora para explicitação de seus conceitos.

A “Sociologia Reflexiva” aponta três aspectos centrais que devem ser compreendidos: o conhecimento praxiológico, a noção de *habitus* e o conceito de “campo”. O entendimento desta abordagem nos permitirá perceber que o pensamento teórico do autor se articula à sua prática de pesquisa sociológica, ou seja, que seu rigor conceitual se estabelece por meio da relação entre a formulação teórica e a pesquisa de campo. Para Ortiz esta compreensão implica em:

Reconhecer os méritos e a originalidade dos escritos de Bourdieu, mas também os limites em que uma sociologia da reprodução se encerra. Dito de outra forma pretendemos tomar Bourdieu como autor realmente contemporâneo, o que nos leva necessariamente a um debate distinto daquele que poderíamos travar com um clássico da sociologia (ORTIZ, 1994, p. 8).

Portanto, Bourdieu aponta e trabalha na tentativa da superação de certas oposições presentes no debate sociológico, dentre elas destacamos as dicotomias formadas pelas abordagens objetivista (ou positivista) e subjetivista (fenomenológica).

De forma sintética o objetivismo constrói as relações objetivas que estruturam as práticas individuais, e a perspectiva fenomenológica parte da experiência primeira do indivíduo. Assim Ortiz reitera que:

O embate objetivismo/subjetivismo transcende o campo de uma teoria particular na medida em que considera métodos distintos como o positivismo e o estruturalismo enquanto perspectivas objetivistas, ou o interacionismo simbólico e a etnometodologia enquanto epistemologias fenomenológicas. Mas pode também inscrever-se no seio de uma teoria específica; emerge, por exemplo, no interior do próprio marxismo quando, em certa medida, ritualiza a oposição entre correntes antagônicas com a “fenomenológica e a estruturalista”. A polêmica recente entre Althusser e John Lewis em torno da questão de quem “faz a história”, os homens ou as massas, reedita, no interior de uma escola, o antagonismo fenomenologia/objetivismo demarcado a um nível mais genérico (ORTIZ, 1994, p. 9-10).

Bourdieu (1990) considera então a sociologia como uma ciência que apresenta uma ampla ambição e diversas formas de praticá-la, existindo sob o

nome de sociólogos indivíduos que fazem análises estatísticas, ou que descrevem situações concretas. Todas estas competências raramente se reúnem em apenas uma pessoa, e aí está um dos motivos das divisões teóricas, pois os sociólogos pretendem impor como maneira legítima aquela forma de pesquisa que lhe é mais acessível, tornando este fato inevitavelmente imparcial, mas que estes mesmos indivíduos tentam definir como sua maneira de desenvolver ciência.

Percebemos então que a sociologia enquanto área de conhecimento, também é um objeto de disputa, cujo objetivo é obter uma posição científica dominante, e ainda impor tal posição como hegemônica. Contrário a esta perspectiva, Bourdieu milita por uma sociologia que visa descrever a lógica de funcionamento social, fornecendo instrumentos de compreensão do mundo social que permitirão aos agentes sociais lutar contra todas as formas de dominação. É nesta perspectiva que esta pesquisa procura apontar a constituição e os mecanismos geradores e mantenedores das leis sociais presentes na interseção entre o campo esportivo e o político.

A partir desse entendimento, Bonnewitz (2003) nos esclarece que a sociologia permite lutar contra o efeito de naturalização que tende a fazer passar por naturais construções sociais tais como a dominação masculina, fundada sobre uma pretensa superioridade biológica, ou ainda a dominação dos mais velhos sobre os mais novos, fundada sobre a variável que apresenta todas as características da objetividade: a idade.

O paradigma sociológico proposto por Bourdieu contribui em diferentes reflexões. Primeiro por sua concepção da profissão de sociólogo e suas injunções metodológicas, que afastam os procedimentos hegemônicos da sociologia. Segundo por não aceitar a intervenção neutra do sociólogo, demonstrando que seu discurso tem relação com a posição que ocupa num determinado campo social. E por último pela função social do sociólogo, que ao fornecer os instrumentos de análise dos mecanismos de dominação social, permite combatê-los. Estas preocupações metodológicas e epistemológicas estarão presentes na sua teoria que, como na sua concepção da sociedade ou do indivíduo, se inscrevem numa perspectiva crítica (BONNEWITZ, 2003).

Compreendendo que nosso objeto de estudo é um objeto de análise localizado socialmente, reforçamos nossa opção teórica por Bourdieu por

concordar com o autor e seu instrumental metodológico. Assim, entendemos que ao lançar mão de um objeto, devemos levantar questões no seio da sociedade e tentar dar respostas a esses mesmos questionamentos, cientes de que todo o pesquisador é um ator social e está muito próximo, ou muitas vezes ele faz parte de seu próprio objeto de estudo.

Portanto, enquanto investigadores sociais devemos “desconfiar” de nossas próprias idéias e preconceitos, exercitando a reflexão acerca da teoria escolhida a “sociologia da sociologia, ou a reflexão epistemológica” (BOURDIEU, 2004).

Nesse caminho a leitura de Bourdieu nos possibilita entender que o esporte moderno reserva a caracterização de uma representação social e cultural, permeada pela formação da sociedade, respeitando a lógica estabelecida pelo mercado no universo das relações humanas, apresentando como principal responsável pelo movimento dessa engrenagem a relação que se constitui pela oferta e a demanda por determinadas práticas culturais (MARCHI JR, 2004).

Assim nos propomos a compreender como a referida engrenagem se dá na perspectiva das políticas públicas de esporte e lazer na relação de oferta e demanda presentes nas ações desenvolvidas entre a esfera federal e municipal, tornando-se importante entender que os conjuntos de todas estas ações ocorrem em um determinado espaço o qual é denominado por Bourdieu de “campo”. O conceito de “campo” pode ser entendido como: “espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes” (BOURDIEU, 1983 p. 89).

As ações realizadas no interior do campo não devem ser interpretadas na perspectiva individual de seus ocupantes, mas na compreensão de que é na relação coletiva dos mesmos que podemos entender as estratégias que objetivam a conservação ou transformação do jogo de poder que ali se estabelece (MARCHI JR, 2004). No interior deste espaço, além de formas de disputa, interações, lutas e concorrência na busca pela hegemonia de determinadas práticas, busca-se também a distinção social dos agentes envolvidos, e conforme o seu potencial de poder simbólico, essa hegemonia se dá por meio da correlação de forças, as quais podem ser veladas ou não, tendo como objeto de disputas “alguns mandos” entre os dominados e dominantes. Demonstrando as relações de desigualdades

na forma de combate que se busca a transformação ou manutenção das condições sociais que sustentam esse determinado espaço social (BOURDIEU, 1983).

Para Ortiz (1994), Bourdieu denomina campo como:

Esse espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas. O campo se define como o *Locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão. Por exemplo, o campo da ciência se evidencia pelo embate em torno da autoridade científica; o campo da arte, pela concorrência em torno da questão da legitimidade dos produtos artísticos (p. 19).

O campo enquanto um espaço social também apresenta leis gerais que permitem normas de funcionamento comum aos mais variados campos, ou seja, se analisarmos separadamente o “campo esportivo”, o “campo político” ou o “campo da arte”, por exemplo, vamos perceber que todos estes espaços sociais poderão ser interpretados pela mesma ótica, pois, todo o “campo” será constituído por estruturas, agentes (dominantes e dominados), e estes dotados de seus *habitus* e “capitais”. Assim:

Dentro da particularidade de cada campo, há formas de disputas, lutas e competições, e vislumbramos em cada uma delas a especificidade das relações entre o “novo”- que tenta garantir o direito de participação – e o dominante – que defende o monopólio objetivando excluir a concorrência (MARCHI JR, 2004 p. 56).

É importante destacar que para o pleno desenvolvimento e funcionamento do campo, deve existir além do interesse nos objetos em disputa, agentes que por meio de seus *habitus* tornem legítimo tais objetos e suas leis, fatores presentes nesta relação de “competição”. Nesta perspectiva, Marchi Jr destaca que:

Os pressupostos constitutivos dos campos são aceitos, conscientemente ou não, dado o fato de o agente social estar inserido ou inserindo-se no “jogo”. Os participantes das disputas garantem a reprodução do “jogo e contribuem para a produção de valor no que está sendo disputado. Considera-se, no estudo dessa propriedade, a existências da relação entre *habitus* e *campo*, a qual é orientada objetivamente em relação a fins” (2002, p. 57).

A noção de “campo” nos permite então compreender que as relações estabelecidas em seu interior acabam legitimando uma determinada ordem social, pois obedecem a uma lógica própria que só é entendida pelos agentes que ocupam este espaço, e estes por sua vez quando na condição de dominantes dotados de *habitus* que legitimam a lógica em questão, não vêem a necessidade de modificá-la, mas sim de manter o seu funcionamento.

É evidente também reconhecer que esse funcionamento não ocorre de forma harmônica, ou seja, que as divisões do mundo social (dominantes/dominados) sempre estão em conflito, tendo em vista a afirmação das legitimidades postas através das disputas pelo poder, o qual se torna objeto de lutas constantes no interior do campo. Entendendo, portanto que as ações que se passam no interior deste espaço social se evidenciam pela relação empreendida entre os agentes e seus *habitus*, passamos a partir de agora para uma breve identificação e compreensão deste conceito.

Bourdieu desenvolveu com profundidade o conceito de *habitus*, e o descreve como:

Um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim (BOURDIEU, 1983, p 94).

De acordo com Ortiz, Bourdieu reinterpreta a noção de *habitus*, para defini-la como:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas, e que se sustenta, através de esquemas generativos”, que, por um lado, antecede e orientam a ação e, por outro, estão na origem de outros “esquemas generativos” que presidem a apreensão do mundo enquanto conhecimento (1994, p. 15-16).

Segundo Marchi Jr, Bourdieu afirma que o uso dessa palavra antiga permite:

[...] a aproximação ao que conhecemos por hábito, porém, diferenciando-o em ponto considerado essencial. *Habitus* é algo

adquirido e encarnado no corpo de forma durável e com contorno de disposições permanente. Podemos incluir no conceito a visão histórica, ou melhor, *habitus* estaria ligado à história individual, considerando que a noção pressupõe uma propriedade, um capital adquirido. Por outro lado, hábito é tido em sentido repetitivo, mecânico, automático e meramente reprodutivo...O *habitus* é essa espécie de sendo prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, no senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo (2004, P. 52).

O conceito de *habitus* se caracteriza então como uma matriz de percepções estruturais e de representações (dialética do perceber, pensar e agir), sendo um conjunto de referências e disposições sociais orientadas para a ação, e que incorporamos a partir da estrutura que estamos inseridos, ou seja, é o comportamento que apresentamos à estrutura da qual fazemos parte ou representamos num dado momento. Assim:

O surgimento de determinadas ou imprevistas situações e necessidades de respectivas adaptações, o *habitus* pode passar por processo de ajustamento que lhe conferem transformações duráveis dentro de certos limites. Entre as razões decorrentes desse mecanismo está o fato de o *habitus* definir a percepção da situação que o determina...O conceito pode então ser entendido como uma “estrutura estruturada predisposta a funcionar como uma estrutura estruturante” (MARCHI JR, 2004, p.53)

Compreendemos então que o *habitus* se apresenta na condição social e individual, sustentando-se por um sistema de classificação que é evidenciado pelas posições sociais no interior do campo, as quais são explicitadas em parâmetros de desigualdades. Tende-se assim a se reproduzir as relações de desequilíbrio e dominação social, que se mostram muitas vezes de forma oculta, estabelecendo uma relação direta com o acúmulo de “capital” de cada agente participante do “jogo”.

Após o entendimento do conceito de “campo” como uma estrutura social, e de *habitus* como a segunda natureza humana, passamos agora para uma sintética explanação do conceito de “capital”, e seu papel na compreensão da “Sociologia Reflexiva”:

Se caracteriza como um conjunto propriedades individuais dos agentes, reportando-se aos efeitos sociais consubstanciados nas relações efetivadas em um determinado segmento da sociedade, sendo nitidamente observável quando as diferenças desse capital

manifestam-se nas condições de rendimento desiguais (MARCHI JR, 2001 p. 39).

O “capital” é, portanto, esse conjunto de referências adquiridas e necessárias para se estar inserido e entender o que está acontecendo, ou seja, entender o jogo social. O “capital” pode se manifestar de diferentes formas, dentre elas explicitamos: o capital econômico, social, simbólico, físico e cultural.

O “capital social” é o conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados a posse de uma rede durável de relações sociais, a qual está intimamente relacionada à extensão de sua rede de relacionamento, bem como ao volume de seus outros capitais como, por exemplo, o “capital econômico”, “cultural” e “simbólico” (MARCHI JR, 2001, p. 39).

De acordo com Bourdieu o capital cultural se manifesta de três maneiras: (1) no estado “incorporado”: sob a forma de disposições duráveis, estando sua acumulação ligada ao corpo, exigindo assim a sua incorporação por meio do tempo que se disponibiliza para tal, como exemplo citamos as viagens, cursos e herança familiar cultural; (2) no estado “objetivado”: através da posse de bens culturais (quadros, livros, instrumentos máquinas e outros); (3) no estado “institucionalizado”: sob a forma de títulos de competências e certificados escolares, guardando determinada independência aos seus portadores (1998 apud MARCHI JR, 2001, p. 41).

Buscando ampliar o entendimento a respeito das ações realizadas no interior do campo, torna-se necessário mencionarmos que tais ações são fruto da relação dinâmica entre as “estruturas sociais”, “capitais” e *habitus*, os quais são movimentados a partir da geração de necessidades e consumos, por meio de um mecanismo social, ou seja, uma engrenagem denominada de “ofertas e demandas” presentes no interior de um determinado campo (MARCHI JR, 2001).

Após esta breve explanação realizada acerca dos conceitos centrais da “Sociologia Reflexiva”, passaremos a discuti-los agora em relação a nosso objeto de análise, iniciando pelo entendimento acerca do campo esportivo, do campo político, e finalizando a discussão na interseção entre estes dois campos, ampliando a compreensão sobre a inter-relação entre as estruturas administrativas do esporte na esfera federal e municipal.

1.1 O campo esportivo

Para Bourdieu (1983), o “campo esportivo” provém de uma ruptura (progressiva ou não) das atividades lúdicas ancestrais, até se constituir num campo de práticas específicas, onde se coloca e se investe toda uma cultura ou uma competência específica, sendo constituído por instituições públicas e privadas que passaram a defender e a representar esportistas de determinada modalidade.

Esse campo de ocorrência, onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados às posições que ocupam, levam a formas de disputas, lutas e competições, sendo que vislumbramos em cada uma delas a especificidade das relações entre o “novo”, que tenta garantir o direito de participação, e o “dominante”, que defende o monopólio, objetivando excluir a concorrência.

Assim, é importante relacionar o espaço esportivo com o espaço das suas representações, tendo a noção de que é dessa relação que se definem as propriedades pertinentes de cada esporte, e que esse espaço, ou “campo”, é identificado por um conjunto de indicadores, como por exemplo, a distribuição dos praticantes segundo sua posição social, as diferentes federações e sua riqueza, e as características sociais dos dirigentes e a sua relação com o corpo, buscando compreender a posição que uma determinada modalidade esportiva ocupa no campo esportivo (MARCHI JR, 2001 p. 49-50). Desta forma, segundo Marchi Jr, Bourdieu admite que:

A constituição do campo esportivo a partir da evolução, ruptura e transformação dos antigos jogos populares em esportes modernos, estes detentores de especificidades mercantis e convergentes para um modelo estrutural de sociedade de consumo. Entretanto, esse processo de transição não é o único existente no estabelecimento das manifestações esportivas. Houve algumas modalidades que foram inventadas sem necessidade de respeitar um processo evolutivo da forma primária do jogo popular ou passatempos aristocrático. Elas constituíram seus campos e sua história por conta da pertinência de sua criação com representatividade e necessidade social existentes nas estruturas de origem (MARCHI JR, 2004 p. 39).

O esporte enquanto fenômeno moderno então passa a ser regido pela lógica do mercado, sendo conduzido ao processo de espetacularização e mercantilização, tornando-se assim uma das manifestações culturais que mais

tem sofrido processos evolutivos em relação a sua especificidade técnica, bem como pela sua apropriação e consumo cada vez mais crescente na sociedade (MARCHI, JR 2004).

Portanto, Bourdieu entende que:

Para discutirmos o desenvolvimento das modalidades esportivas, temos de as ter inseridas no processo de mercantilização, o qual determina as estruturas constituintes da sociedade e as relações que são estabelecidas no interior dos campos... e assim o surgimento, as transformações e a evolução dos esportes são estudados com base em uma proposta de leitura histórica estrutural das modalidades. A análise da constituição dos campos do esporte moderno deve estar associada, diretamente, ao espaço social em que as manifestações esportivas construíram suas estruturas (1990 apud MARCHI JR, 2004 p. 38).

Reconhecendo então a dimensão do campo esportivo e as diversas possibilidades de análise em relação às mais variadas estruturas e agentes que o compõem, Bourdieu considera a possibilidade de estudos referentes a um “subespaço no interior desse espaço, de um subcampo em um campo ou de uma modalidade no universo dos esportes, possibilitando a visão entre o global e o particular” (1990 apud MARCHI JR, 2001 p. 50).

Dessa forma é possível concebermos o esporte pelos mais diferentes significados, ou seja, compreendendo o mesmo de forma polissêmica e assim olhar para os diferentes subcampos referentes ao fenômeno esportivo. Como exemplo de tal compreensão, podemos destacar o esporte nas seguintes perspectivas: na escola, como prática de lazer, como meio de reabilitação, como profissão, como saúde e qualidade de vida e como rendimento (MARCHI, JR; AFONSO, 2007).

É importante destacar que estes subcampos, embora possuam suas lógicas específicas de desenvolvimento, também são interdependentes, gerando uma rede de ações que por meio dos agentes ali colocados, vão estabelecendo diferentes níveis de relacionamento, os quais variam conforme o envolvimento e o número de indivíduos que representam o seu subcampo e que tentam “manter ou reverter” a ordem estabelecida neste espaço social.

A partir dessa observação compreendemos que essas redes podem ser potencializadas e ampliadas quando observamos a relação existente entre dois diferentes campos, como o campo esportivo e o campo político, espaços que

possuem suas próprias “engrenagens” de funcionamento, e ao se aproximarem formam uma espécie de “interseção” entre os campos, e assim, algumas “jogadas” que se realizam nesta interseção tornam-se comuns aos dois espaços, aumentando a complexidade e entendimento destas ações.

Como exemplo desta interseção que pode ocorrer entre o campo esportivo e político, são as aproximações entre autoridades políticas e os atletas profissionais. Esta proximidade permite em muitos casos a vinculação da imagem política aos “valores positivos” que o esporte transmite à sociedade.

Há nessa ação o exemplo de uma transferência do capital simbólico do meio esportivo sendo utilizado também no campo político, o que também pode vir a ser utilizado pelo atleta como forma de ampliar seu capital social e econômico, através da conquista de projetos e patrocínios.

Esses exemplos apenas contextualizam as inúmeras jogadas que podem ocorrer quando dois diferentes campos buscam aproximar-se, como no caso de nossa análise de estudo, que busca investigar a interseção entre o campo esportivo e campo político. Com o objetivo de ampliar esta discussão, passaremos agora a levantar algumas questões e características do campo político.

1.2 O Campo político

Como citado anteriormente o “campo” se caracteriza como um espaço de disputas em torno de um determinado objeto, no qual competem entre si diferentes agentes, representando as estruturas que compõe este espaço. Para Bourdieu o campo político é entendido ao mesmo tempo como:

Campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com sua organizações...é o lugar em que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais

afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2010 p. 162-63).

Assim, quanto menor o capital político dos agentes envolvidos neste campo, ou na interseção entre o campo político e, neste caso, o campo esportivo, menor serão as condições de percepção em entendimento das regras “do jogo” que ali se estabelece, ou seja, a participação e o poder de decisão frente a análise dos produtos presentes neste espaço, como os programas, projetos, ações e políticas de governo ficam restritas apenas aqueles que dispõe de um *habitus* político que o permita a interagir sistematicamente neste processo de conflito e consenso posto nas lutas internas ao campo.

Dessa forma Bourdieu considera que em matéria de política como em matéria de arte, o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político (BOURDIEU, 2010, p. 169).

Essa competência se fundamenta na incorporação do *habitus* político que exige uma preparação especial, um corpo de saberes o qual compreende o conhecimento de teorias, conceitos, tradições históricas, além de dominar a linguagem e a retórica política, representada pelo domínio do tribuno ao se exercer e estabelecer as relações entre os profissionais que ocorrem ao se utilizar do “debate” como uma dessas das possibilidades. Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo (BOURDIEU, 2010 p. 172).

Nessa perspectiva o campo político é então um espaço de lutas, que merece uma análise mais acurada, tendo em vista se tratar de um *locus* do estado burocrático, estando sob seu poder, por exemplo, os capitais jurídico, econômico, militar, cultural e simbólico. Com toda esta força o campo político exerce uma grande influência sobre os outros campos, chegando a possuir um capital específico denominado de “metacapital” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005a). Através desse capital, as estruturas burocráticas que compõe o campo político permeiam significativamente as ações que ocorrem em outros espaços sociais, estabelecendo uma relação direta com os campos econômico e midiático

por deterem o monopólio da regulamentação frente às leis que regem estes campos.

O campo político por sua vez não é um espaço fechado, mas apresenta uma autonomia contrabalanceada pelas disputas internas e pelas forças externas ao campo. É importante destacar que estas disputas pautam-se nas ações realizadas pelos agentes políticos que buscam aumentar seu capital político e simbólico por meio da confiança e expressividade nos grupos que representam, e assim capitalizar as duas espécies de capital político: o capital pessoal, que visa zelar pela reputação de seu próprio nome; e o capital delegado, que vincula a autoridade política aos partidos e que, neste caso, é a instituição que acumula o capital (BOURDIEU, 2005b).

No campo político destaca-se também o aparecimento de certas “sutilezas”, representadas pelas relações de conflito e concorrência, mas que estas apenas são percebidas pelos “iniciados”, ou seja, por aqueles que possuem o *habitus* pertinente a este espaço. Estas sutilezas podem ser identificadas na subjetividade dos discursos realizados, na troca de partidos, nas alianças partidárias, na aprovação ou não de determinadas leis e em outras ações políticas que acabam passando despercebidas para a grande maioria da população (BOURDIEU, 2005b).

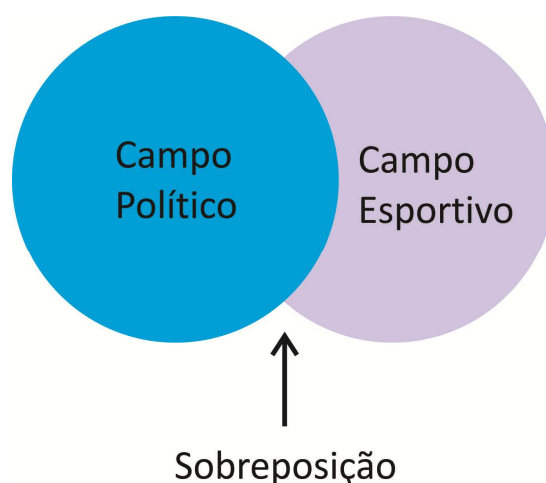
Para compreender esta complexa e subjetiva rede de conflito e ações o indivíduo deve “entrar no jogo” e aumentar seu capital político, adquirindo o *habitus* relacionado ao corpo de saberes que constitui este espaço, procurando conhecer teorias, conceitos, linguagem e a prática da retórica utilizada no meio. Aqui a formação educacional e a participação cidadã exercem um papel fundamental, pois quanto menor for o grau cultural e de envolvimento social nas ações políticas, menor será a inserção das pessoas no campo em questão, oportunizando cada vez mais a uma pequena parcela de mandatários o poder de concentrar capital político, ou seja, representar os inúmeros mandantes (eleitores) nas diversas decisões que envolvem toda a sociedade (BOURDIEU, 2005b).

As características apontadas até o momento acerca do campo político tiveram como proposta nos dar subsídios às reflexões que traremos agora no próximo tópico de análise, por meio da aproximação entre o “campo esportivo” e o “campo político”.

1.3 A aproximação entre o campo político e o campo esportivo

Passamos a concentrar nosso olhar a partir de agora na sobreposição entre o “campo político” e o “campo esportivo”, ilustrada pela Figura 1, na qual compreendemos que a referida aproximação nos apresenta as mais diferentes estruturas, e dentre elas podemos citar como exemplo as seguintes instituições: Ministério do Esporte, Secretarias Estaduais e Municipais do Esporte, Educação, Cultura e Saúde, Comitê Olímpico Brasileiro, Confederações, Federações, ONG's, Ligas, Clubes, Conselhos Estaduais e Municipais do Esporte e Lazer, Associações de Bairro e outros.

FIGURA 1 – SOBREPOSIÇÃO ENTRE O CAMPO POLÍTICO E O CAMPO ESPORTIVO



FONTE: Adaptado de Martines (2009).

Os mais variados agentes que ocupam estes espaços também podem ser aqui representados pelas figuras dos gestores públicos, dirigentes esportivos, atletas, professores, usuários (população em geral), prefeitos, vereadores, representantes das associações de bairro, diretores de escolas entre outros. Esses agentes estão inseridos num espaço social com autonomia, história e funcionamento próprios, dotados de seus *habitus* que estruturam e são estruturados por este *locus*, e que por meio deles objetivam adquirir “capital” para estarem inseridos no “jogo social”, tendo em vista a distribuição desigual do poder que define a posição que cada agente ocupa no campo em questão, sendo que é

nesta diferença de forças que temos os pólos opostos que regem o campo: os dominados e os dominantes.

Após esse exemplo e o entendimento sobre a composição das estruturas e agentes que podem se fazer presentes na sobreposição entre os dois campos, focalizaremos especificamente nosso objeto de estudo que tem por objetivo analisar como a Política Nacional do Esporte é ou não utilizada e implementada pelos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais.

Nessa sobreposição destacamos que tanto o Ministério do Esporte como as Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, são estruturas burocráticas e sendo assim, se observarmos separadamente os dois referidos campos, perceberemos que ambas estão presentes no campo político por se tratarem de estruturas burocráticas administrativas, e fazem parte da administração governamental em nível federal e municipal. Se focalizarmos somente o campo esportivo, também encontraremos estas estruturas neste espaço social, pois são elas as responsáveis pelo desenvolvimento do esporte enquanto ações voltadas às políticas públicas nos diferentes níveis de governo.

Como a PNE é uma política pública voltada ao desenvolvimento do esporte no país, entendemos que para investigarmos esta ação precisamos aproximar o olhar para a sobreposição do campo político sobre o campo esportivo, e desta forma ampliar nossa compreensão por meio da identificação das estruturas, dos agentes, dos *habitus* e dos capitais presentes nesta interseção.

A aproximação entre a esfera federal e a municipal está aqui representada pelo Ministério do Esporte e pelas Secretarias Municipais do Esporte e Lazer de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais. Ao focarmos na sobreposição entre os dois campos, buscamos compreender como os municípios se apropriam da PNE e das ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte.

Ao estabelecermos a relação entre as políticas públicas de esporte e lazer entre estas duas esferas, vamos observando a constituição da sobreposição do campo político ao campo esportivo, suas estruturas e seus agentes, e através deste mapeamento apontamos preliminarmente alguns questionamentos.

O primeiro visa identificar como ocorre o diálogo entre as estruturas federal e municipal. O segundo apontamento se refere à intervenção do Ministério do Esporte, ou seja, investigar de que forma esta estrutura e suas ações fazem-se

presentes nas secretarias municipais, se há uma comunicação equitativa ou com maior ênfase em alguns municípios. A terceira reflexão que trazemos ao olharmos para essa sobreposição diz respeito à existência de conhecimento e entendimento por parte das secretarias municipais de esporte e lazer da Política Nacional do Esporte.

Portanto, essas indagações nos permitem trabalhar na perspectiva de percebermos que na sobreposição entre o campo político e esportivo, vamos apontando as primeiras manifestações que nos subsidiam para apresentarmos alguns exemplos de conflitos internos e do interesse na disputa de poder por meio do entendimento de como uma política que tem por objetivo ser desenvolvida no território nacional, acaba ou não interferindo no plano municipal.

Com o propósito de dar continuidade às inquietações e reflexões apontadas até o presente momento, passaremos ao capítulo II deste trabalho, focalizando nosso olhar mais especificamente para o objeto central deste estudo, a Política Nacional do Esporte, buscando conhecer o conteúdo geral que rege a referida política, e que nos possibilite assim alcançar a compreensão necessária frente aos apontamentos a que se objetivam este estudo.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE

Com o objetivo de facilitar o entendimento acerca do conteúdo presente na PNE, dividimos este capítulo em três momentos, no primeiro apresentaremos alguns aspectos do processo histórico de sua elaboração. No segundo momento abordaremos suas teses, preceitos e manifestações esportivas, e no terceiro trataremos os objetivos, princípios e diretrizes previstos por esta política. Esta divisão além de possibilitar uma melhor compreensão da PNE, também objetiva apontá-la e analisá-la como engrenagem global das políticas públicas para o esporte no país.

2.1 Aspectos históricos de sua construção

A Política Nacional do Esporte (PNE) foi aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte e institucionalizada pela resolução nº 5, de 14 de junho de 2005, sendo fruto de diversos debates realizados na I Conferência Nacional do Esporte (CNE) no ano de 2004. Seu conteúdo está materializado no Caderno I – Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, o qual traz as produções da I CNE, que sintetiza o conteúdo debatido e aprovado nesta conferência, além de apresentar a Política Nacional do Esporte, aprovada no ano seguinte.

De acordo com a PNE mais do que um preceito constitucional, o acesso ao esporte é um direito a ser garantido ao cidadão brasileiro. Embora a tendência histórica da legislação esportiva, das proposições das políticas anteriores e do desenvolvimento de ações efetivas, ao longo dos anos, demarque esforços nesta direção, o esporte está longe de ser um direito de todos. É importante que se possam oferecer condições cada vez melhores aos atletas e paraatletas de alto rendimento, mas é fundamental que se ofereça possibilidade de acesso à prática esportiva a toda população brasileira.

Segundo a PNE os organismos internacionais reforçam a importância do esporte para o desenvolvimento humano sustentável. O relatório da “Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a

Paz”³, divulgado em 2003, coloca o esporte em uma posição estratégica para o alcance das “Metas de Desenvolvimento do Milênio”, preconizadas pela Organização das Nações Unidas, e assim reafirmando o esporte como potencial humano no desenvolvimento social e econômico de uma nação, principalmente nas áreas de saúde, educação e meio ambiente.

Pensando nesse importante papel que o esporte pode assumir frente aos cidadãos, torna-se necessário a atualização da legislação esportiva, da definição do esporte e de suas dimensões, e a reorganização e a articulação das ações dos governos e da sociedade de forma a traçar metas adequadas às necessidades do País.

Observando a relação histórica entre o esporte e o governo brasileiro, reconhecemos a tendência da intervenção do Estado neste fenômeno. O Estado brasileiro está presente na definição das políticas de esporte há mais de seis décadas, por meio do Decreto-Lei nº 3.199/41⁴, que criou o Conselho nacional de Desportos e deu poderes ao Estado para intervir nos entes desportivos, durante o Estado Novo⁵. Esta relação foi inaugurada no momento histórico de um conflito bélico internacional, o qual foi por inúmeras vezes utilizado como veículo para a propagação de ideários totalitários⁶. Após trinta anos este Decreto foi alterado por meio da lei 6.251/75 a qual instituía normas gerais sobre os desportos durante o regime militar, porém com pouca mudança na legislação.

A próxima alteração com caráter de lei no esporte brasileiro veio a ocorrer com a Constituição de 1988, ao ser colocado em seu texto deveres do Estado perante a afirmação do Esporte e do Lazer como direitos, o que exige o protagonismo do poder público na garantia de sua efetivação. O artigo 217, em seu preâmbulo, assegurou o esporte e o lazer como um “direito de cada um”, considerando-se deste modo rompida a tutela do estado sobre a sociedade em relação à área esportiva.

Embora estejamos expondo alguns aspectos apontados pela PNE em relação à construção de uma política de Estado, reafirmamos que, de acordo com nosso entendimento, a constituição de 1988 promoveu mais a autonomia das

³ Esporte Para o Desenvolvimento e a Paz: em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2003).

⁴ Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, publicado no D.O.U., em 17 de abril de 1941.

⁵ “Estado Novo” é o nome do regime político brasileiro centralizado e autoritário fundado por Getúlio Vargas em 1937, que durou até 1945.

⁶ Como exemplos destes ideários totalitários podemos citar: as olimpíadas na Alemanha nazista; a Copa do Mundo de Futebol na Itália fascista; e a utilização da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol em 1970, pelo governo militar.

entidades esportivas como, por exemplo, do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), das Confederações e Federações, em relação ao recebimento de financiamento público e privado, do que o esporte como um direito realmente efetivo aos cidadãos deste país. Valemos-nos dos conceitos apresentados no primeiro capítulo em relação ao campo esportivo para ressaltar que, mais especificamente o COB, tem ocupado lugar dominante nesta esfera, tendo em vista que o esporte de alto rendimento tem sido prioritariamente contemplado com a maior parcela do financiamento público voltado ao esporte no Brasil (ALMEIDA, 2010). Ao longo deste capítulo apresentaremos dados que confirmam esta afirmação.

Retomando o texto apresentado pela PNE em relação à construção histórica das ações do Estado no esporte nacional, verificamos que na década de 90 foi elaborado um novo ordenamento para o Esporte no país, pela Lei 8.672/93⁷, conhecida como a Lei Zico, que propôs princípios e diretrizes para a reorganização e funcionamento das entidades esportivas, permeados pela aparente contradição entre interesses liberais e conservadores em um momento de ascensão explícita das políticas sociais rumo à “modernização” conservadora.

Já em 1998, surge a Lei 9.615⁸, popularizada como Lei Pelé, que apresentava como idéia central a eliminação do passe de atletas do futebol, a mais expressiva e representativa modalidade do país, criando de fato as condições de livre arbítrio para estabelecer relações trabalhistas, não obstante sujeitas ao jugo de empresários, seus novos patrões. A superação da instância centralizadora, o então “Conselho Nacional do Desporto”, materializa a autonomia das entidades de administração e de prática do esporte, bem como os direitos dos atletas. Porém alguns questionamentos foram apontados acerca desta lei como a falta de proteção aos clubes formadores dos atletas, e os ajustes em relação a legislação trabalhista, adequando as especificidades do futebol.

Outro marco ocorreu em 2003, por conta da criação do Ministério do Esporte⁹, que passou a ter como responsabilidade a formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos. De acordo com a PNE o Ministério do Esporte coordena uma Política de Estado reconhecendo:

⁷ Lei 8.672 de 06 de julho de 1993, publicada no D.O.U., em 07 de julho de 1993, regulamentada pelo Decreto 981/93.

⁸ Lei 9.615 de 24 de março de 1998, publicada no D.O.U., em 25 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.574 de 29 de abril de 1998, publicado no D.O.U., em 30 de abril de 1998.

⁹ Lei 10.672 de 15 de maio de 2003, publicada no D.O.U., em 16 de maio de 2003.

[...] as ações desenvolvidas ao longo da história e criando condições para a implementação de uma política que não se restrinja ao quadriênio da gestão, mas se comprometa com a efetivação de uma Política Pública de Esporte e Lazer frente à qual assume a posição de proponente, formulador e articulador, responsabilizando-se pela realização de Programas que respondam às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos [...] tendo um papel articulador nas ações desenvolvidas com outros Ministérios, como o Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério das cidades e Ministério da Defesa, com diversas empresas estatais, e ainda com um diálogo transparente com as entidades nacionais de Administração e de prática do Esporte, com Instituições de ensino superior integrantes de redes constituídas pelo Ministério dos Esporte, entre outros parceiros (PNE, 2005, p.30).

A PNE aponta que Ministério do Esporte tem estimulado a construção de redes envolvendo grupos de pesquisas vinculados a instituições de ensino superior e institutos de pesquisa e sociedade científicas, como o Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES, e Rede CENESP, os quais buscam o desenvolvimento da ciência e tecnologia do esporte, através da qualidade de metodologias de educação esportiva e lúdica, teoria e prática do treinamento esportivo, avaliação de políticas públicas e capacitação de gestores do esporte e lazer (2005, p. 31-32). Entretanto a PNE, aponta que os dados obtidos não têm sido sistematizados com vista a constituir um diagnóstico da prática de esporte no país, sendo necessário coletar informações para elaborar um quadro referencial que sustente hipóteses para implementação correta da Política, porque os existentes são insuficientes ou defasados.

Nesse entendimento é objetivo da PNE, obter um mapeamento da infraestrutura e da prática esportiva no país, sendo incrementada com estudos qualitativos referentes à participação das esferas da União, Estados e dos Municípios, da iniciativa privada, terceiro setor e comunidade em geral.

Aproveitamos este momento em que a PNE cita uma participação e envolvimento com os diversos entes federativos, para recuperarmos o foco central de nosso estudo que visa compreender a política nacional do esporte na sua possível relação entre o governo federal e os municípios, e assim nos manter atentos acerca de como a referida política prevê a participação e o diálogo com a

esfera local, ou seja, com as cidades de todo o país na efetivação das políticas públicas setoriais de esporte.

De acordo com a PNE, uma das possibilidades de ampliar o diálogo com outras esferas do governo e a comunidade esportiva em geral, se dá por meio da Conferência Nacional do Esporte, sendo considerada uma instância deliberativa e consultiva na formulação de políticas públicas. A I Conferência ocorreu em 2004, apresentando como tema central “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social”, e envolveu diversos setores da sociedade na articulação e participação popular. Na primeira fase foram realizadas conferências municipais e regionais, mobilizando mais de 800 municípios. Na segunda etapa participaram cerca de 2500 municípios, os quais indicaram aproximadamente 1500 pessoas entre delegados e convidados para sua etapa nacional. Esta primeira edição da Conferência, realizada em 2004, teve como resultados:

A indicação das potencialidades e dificuldades do Esporte Nacional¹⁰, a aprovação dos referenciais para uma nova Política Nacional do Esporte, a Resolução de criação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer¹¹, e ainda, as Propostas que integram o Documento Final da Conferência¹². Essas indicações, somadas aos resultados do Diagnóstico Esportivo Nacional, a outros existentes e à consulta à legislação esportiva, formam uma base consistente para levantar os pilares da Nova Política Nacional do Esporte, que se legitima democrática pela sua construção em parceria com a comunidade esportiva, com os **gestores das esferas municipal, estadual e federal**, com as universidades, entidades de classe, sindicatos, associações, movimentos sociais e sociedade em geral (PNE, 2005, p. 33).

Verificamos neste momento que um dos pilares trazidos pela PNE e fruto das decisões ocorridas na Conferência Nacional do Esporte é a participação da comunidade esportiva em geral (entidades de prática e de administração esportiva, atletas, técnicos, dirigentes, universidades e movimentos sociais), na construção nacional das ações de esporte e lazer. Nesta perspectiva apontamos que a esfera municipal é citada pela segunda vez nesta política, demonstrando sua importância neste processo.

Porém o que nos chama a atenção, sendo a proposta desta pesquisa, é compreender de que forma ocorre tal envolvimento, e como se estabelece ou não

¹⁰ Caderno de Potencialidades e dificuldades do Esporte Nacional. Ministério do Esporte, 2004.

¹¹ Resolução da criação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer – CNE/ME, 2004.

¹² Documento Final da Conferência nacional do Esporte. Ministério do Esporte, 2004.

o diálogo entre as esferas municipal e federal, principalmente no período pós-conferência nacional.

Outro aspecto trazido pelo ao texto da PNE, refere-se ao entendimento a respeito de um tema de significativa importância, relacionado ao financiamento para o esporte. A PNE indica que as fontes e recursos destinados ao desenvolvimento do Esporte, nas suas diferentes manifestações (Esporte Escolar, de Lazer ou Recreativo e de Alto Rendimento) devem ser dinamizados e diversificados atendendo seus programas e objetivos. As fontes são o orçamento da União, recursos específicos para a formação esportiva, recursos oriundos da Lei Agnelo – Piva, da Bolsa-Alela, da Lei de Incentivo ao Esporte e da Loteria Time-Mania. Outras fontes são constituídas por parcerias com empresas na busca de recursos, com incentivo fiscal pelo CONANDA¹³, e por meio do Fundo de Incentivo a Projetos Esportivos Sociais. A PNE entende que:

Frente às justas demandas da população, que exigem do Estado o acesso à melhor qualidade de vida, faz-se necessário alterar a legislação vigente, com vistas a elevar os recursos advindos de receitas tributárias destinadas ao esporte, incrementar as rendas públicas não tributárias e obter incentivos fiscais para o desenvolvimento de atividades esportivas. Todavia, devem ser enviados esforços conjuntos, com a comunidade esportiva e outros setores da sociedade, para dinamizar e ampliar os recursos e o investimento no esporte e no lazer. É fundamental a diversificação das fontes, tais como as provenientes da própria indústria nacional do esporte, financiamentos decorrentes de convênio internacionais esportivos que contribuam para o desenvolvimento de modalidades específicas, motivos desses acordos, ou patrocínios e investimentos das empresas esportivas e ações da Política Nacional (2005, p. 34).

A PNE prevê também que o financiamento para o Esporte deve estar integrado à estrutura do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, tendo como centro a mobilização e dotação de recursos para o esporte em parcerias com gestores estaduais e municipais, além das parcerias público-privadas, sendo construído sobre o controle público e transparência na gestão. É importante destacar e fazer uma reflexão na questão do financiamento para o esporte no país.

Segundo Almeida (2010) o financiamento para o esporte no país está normatizado pela Constituição de Federal de 1988, especificamente no inciso II do artigo 217, o qual preconiza a destinação de recursos “prioritariamente” ao

¹³ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento.

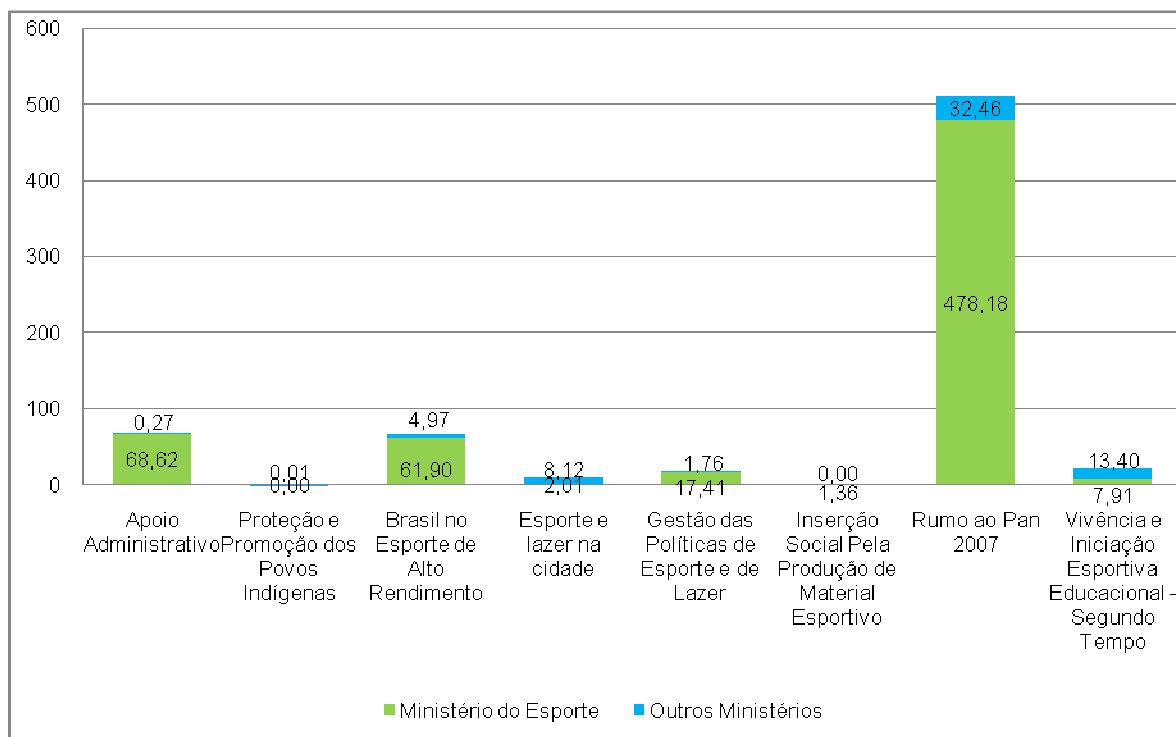
Porém, ainda de acordo com Almeida (2010), os maiores valores de investimentos públicos têm sido alocados ao esporte de rendimento e mais especificamente ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por meio da regulamentação da Lei Pelé em seus artigos 13 e 14, os quais nomeiam como órgãos responsáveis pela administração do desporto no país o COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro e outras entidades nacionais e regionais de administração do esporte, constituindo o subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.

Nesse sentido, percebemos que o potencial de poder do COB na perspectiva do financiamento é significativamente elevado, pois entre os anos de 2005 a 2008 foram repassados ao COB cerca de R\$ 45.105.206,17, e destes, R\$ 29.139.639,32 tiveram como destinação a ação de “Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento” gastos com a candidatura do Rio de Janeiro aos jogos Olímpicos de 2016. Outro dado se refere aos R\$ 13.420.332,93 vinculados à execução e implantação da estrutura para a realização dos Jogos Pan e Para-PanAmericanos de 2007 no Rio de Janeiro, embora o Comitê Organizador dos referidos Jogos (CO-Rio) tenham recebido para o mesmo evento a soma de R\$ 189.618.876,77 (ALMEIDA, 2010).

Conforme o gráfico abaixo, percebemos a destinação de investimentos públicos (Ministério do Esporte e outros Ministérios) com maior ênfase ao esporte voltado a dimensão do rendimento e mais especificamente às ações realizadas junto ao COB.

GRÁFICO 1 - INVESTIMENTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE (ME) E OUTROS MINISTÉRIOS POR PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER, EM MILHÕES DE REAIS – 2005-2008

FONTE: Adaptado de Almeida (2010)



É indiscutível que uma política que reconheça o esporte como uma manifestação e um direito social contemple sem sombras dúvidas o financiamento como um ponto chave em seu planejamento, implementação, desenvolvimento e avaliação. Porém os dados acima mencionados nos alertam para a necessidade de alteração na legislação e no esclarecimento do esporte em todas as suas dimensões, primando através de recursos públicos, pelo desenvolvimento do esporte na sua perspectiva educacional, conforme a normatização presente na Constituição Federal.

Após esta explanação geral sobre o processo de construção histórica da legislação esportiva brasileira que findou a elaboração da Política Nacional do Esporte, passaremos a apresentar as teses, conceitos e preceitos que orientam esta Política.

2.2 A Política Nacional do Esporte: suas teses, preceitos e manifestações esportivas.

Partiremos agora para a explicitação conceitual das teses, preceitos e manifestações esportivas que embasam, conceituam e organizam esta política, sendo importante esclarecer que faremos esta explanação sob a luz dos

conteúdos trazidos pela PNE, e não sob a nossa ótica de concordância ou não com esta política.

Exposto tal entendimento, abordaremos então os conceitos gerais da PNE, a qual tem como tese fundamental a compreensão do esporte como questão nacional, devendo ser entendido como uma questão de Estado, promovendo o desenvolvimento da nação, fortalecendo a identidade cultural e a cidadania com vista à soberania do País.

O Esporte nessa política é abordado como integrante do acervo cultural da humanidade, sendo considerado um direito de todos e dever do Estado, como preconiza a UNESCO desde 1978¹⁴, não sendo dissociado do Lazer e de outros direitos como à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância e à assistência aos desamparados.

Como preceito marcante na PNE, destaca-se a “diversidade”, que se expressa por uma concepção concreta e dinâmica na relação humana, na qual a “diferença” é um importante elemento de conhecimento que deve ser explicitado e defendido. Assim, para a Política de Esporte defender este preceito, o Ministério do Esporte advoga que:

Todas as pessoas, sem distinção de cor, etnia, gênero, ou acesso ao esporte nas suas mais diferentes dimensões e manifestações, em especial as populações empobrecidas e os que são considerados como menos hábeis para a prática, sendo dever do Estado garantir e multiplicar a oferta de práticas esportivas, competitivas e de lazer a toda população (PNE, 2005, p.36).

Outra tese destacada pela PNE refere-se às práticas esportivas, compreendendo que estas são atividades “imprescindíveis” ao desenvolvimento humano e por isso exigem condições específicas para atenderem à diversidade presente na sociedade. Nesta perspectiva, a referida Política aponta para o fato de que os conceitos empregados na Lei 9615/98¹⁵, que trata do “desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento”, acabam hierarquizando as manifestações esportivas e podem criar obstáculos frente às possíveis prioridades no desenvolvimento do Esporte quanto um direito social.

Assim esta política assinala a necessidade de superar a fragmentação das manifestações esportivas presentes no contexto histórico de sua elaboração,

¹⁴ Carta Internacional da Educação física e do Esporte, UNESCO, 1978.

¹⁵ Lei 9.615 de 24 de março de 1998, publicada no D.O.U., em 25 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.574 de 29 de abril de 1998, publicado no D.O.U., em 30 de abril de 1998.

superando por meio dos seus conceitos, teses e preceitos (PNE, 2005). De acordo com a legislação citada no parágrafo anterior, o desporto educacional é reconhecido como aquele:

[...] praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticante, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer (PNE, 2005 p.36).

No entendimento da PNE, este conceito dificulta reconhecer o esporte como atividade humana historicamente criada, socialmente construída e produto da cultura humana, configurando-se como uma barreira para elaboração de uma política de desenvolvimento do esporte assentada numa clara compreensão dos diferentes níveis ou formas em que ele se dá na vida real. (PNE, 2005 p. 36). Segundo esta Política, o “sentido educativo do esporte” é atribuído ao se espelhar objetivos educacionais nos princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia, os quais representam valores, hábitos e atitudes possíveis de serem formados por meio da prática do esporte. O esporte é educacional quando:

Efetiva a participação voluntária e responsável da população, promove o desenvolvimento da Cultura Corporal nacional, cultiva e incrementa atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas e artísticas, combativas e competitivas do povo, ...pode ser usufruído como um bem cultural, tanto na ótica do gosto pessoal, como na busca da maximização do rendimento, garantindo o direito ao uso das instalações e materiais adequados a ambos fins. (PNE, 2005 p 36-37).

Nesse contexto, o esporte educacional deve ultrapassar o entendimento “superficial” de que ele somente acontece nas instituições escolares, pois o esporte praticado na escola no âmbito da educação básica e superior, seja como conteúdo curricular da Educação Física ou atividade extracurricular, conforme a Lei 9.394/96-LDB¹⁶, devendo atender os objetivos dos respectivos projetos político-pedagógicos.

Na escola todos os alunos têm o direito de aprendê-lo, na perspectiva da autonomia, e praticá-lo independentemente de condições físicas, de raça, de cor, sexo, idade ou condição social, através de atividades auto-organizadas.

¹⁶ LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

As modalidades selecionadas devem ter um maior potencial de universalidade e compreensão dos elementos culturais brasileiros. Assim, o ensino na escola não deve orientar-se, apenas, para a formação de uma futura elite esportiva, o que não elimina a possibilidade do desenvolvimento da formação de atletas a partir do ensinamento das práticas esportivas na escola (PNE, 2005, p. 36).

Outra manifestação presente na PNE refere-se ao Esporte de Lazer ou Recreativo que, na Lei vigente 9615/98 – “Esporte de Participação”, expressa que em seu significado deve prevalecer o sentido lúdico, caracterizado pela livre escolha, busca de satisfação e construção pelos próprios agentes envolvidos, dos valores ético-políticos a serem materializados, sendo realizados como manifestação de festa e alegria por meio de situações esportivas lúdicas e prazerosas, com pequenos grupos ou em multidões (PNE, 2005). Esta manifestação, em sua dimensão de lazer, tem por finalidade:

Atender aos interesses e necessidades sociais dos cidadãos a partir da prática das suas expressões lúdico-esportivas, de fruição do espetáculo esportivo e do conhecimento dela emanado. A prática do Esporte Recreativo tem ainda, como finalidade atender aspectos do conceito ampliado da saúde sintonizados com a Política Nacional de Promoção da saúde [...] as práticas corporais são expressas individuais e coletivas advindas do conhecimento e da experiência do jogo, da dança, do esporte, da luta, da ginástica e outros, como a compreensão do campo da atividade física, ampliando as possibilidades de organização e escolha das corporais, entendidas como benéficas à saúde de sujeitos e coletividades (PNE, 2005, p. 37-38).

Percebemos que a PNE também considera o esporte enquanto uma prática recreativa e de lazer, sendo que esta característica contribui para o desenvolvimento de culturas locais, além de possuir um papel fundamental como protagonista na promoção da qualidade de vida e saúde¹⁷.

A terceira manifestação abordada pela PNE e também vinculada ao entendimento da Lei 9615/98 - Esporte de Alto Rendimento – compreende o esporte de alto rendimento como prática esportiva que busca o máximo desempenho do atleta, visando recordes nas modalidades em que é praticado.

¹⁷ Conceito definido como resultado dos modos de organização social da produção no contexto histórico de uma sociedade, exigindo a formulação e a implementação de uma política que invista na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, pois a saúde é considerada um direito fundamental para a vida e para a garantia de cidadania (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

A maximização do rendimento é alcançada a partir da prática sistemática, própria do processo de formação esportiva, treinamento e aperfeiçoamento técnico de atletas e paraatletas, sendo regido por normas dos altos organismos esportivos nacionais e internacionais e pelas regras de cada modalidade, respeitadas e utilizadas pelas respectivas Entidades Nacionais de Administração e de Prática do Esporte (PNE, 2005, p. 38).

Cabe destacar aqui que a PNE amplia o entendimento das três manifestações apresentadas e estabelecidas pela Lei 9615/98 pois, ao citá-las e considerá-las presentes como parte de seu conteúdo, deixa claro a opção pela não fragmentação de suas interpretações, mas prefere aproximá-las como possibilidades diversas e inter-relacionadas entre si, considerando que o projeto macro de esporte deve primar pelo fator educacional como pano de fundo de todas essas manifestações presentes no fenômeno esportivo. Desta forma:

[...] a amplitude do conceito educacional, sustentado nesta política reconhece a relação intrínseca do geral de um projeto de educação com o específico do conteúdo do esporte que se dá nos âmbitos da *instituição escolar, da comunidade e do alto rendimento* (PNE, 2005, p.37).

Outro ponto abordado pela PNE e que se relaciona diretamente com o Esporte e a Saúde, diz respeito à preocupação em relação à prevenção e ao combate ao *doping esportivo*. O Conselho Nacional do Esporte conceitua por intermédio da Resolução nº 02/04¹⁸, no Capítulo I, Art. 1º, como “a substância, agente ou método capaz de alterar o desempenho do atleta, a sua saúde, ou espírito de jogo, por ocasião de competição desportiva ou fora dela”. Portanto, o *doping* no esporte tem preocupado as autoridades esportivas em todo o mundo, não somente por suas consequências nocivas à saúde dos atletas usuários, mas também por propiciar à obtenção de resultados artificiais e comprometer a prática do esporte de alto rendimento.

Ciente dessa situação, em 2003, o Ministério do Esporte determinou a criação da Comissão de Combate ao Doping, no âmbito do Conselho Nacional do Esporte, tendo como tarefa zelar pelo cumprimento do Código Mundial Antidoping da Agência Mundial Antidoping (WADAAMA), da qual o Brasil é membro.

¹⁸ Resolução nº02 do Conselho Nacional de Esporte de 05 de maio de 2004.

Atendendo às suas competências, a referida comissão apresentou em abril de 2004 ao Conselho Nacional do Esporte um conjunto de normas com o objetivo de adaptar a legislação nacional às regras internacionais e divulgar a lista de substâncias e métodos proibitivos na prática esportiva, sendo também divulgada no final de 2004, a primeira estatística sobre o “Controle Antidoping no Brasil: resultados do ano de 2003 e Atividades de Prevenção” ¹⁹ (PNE, 2005, p. 39).

Outra tese que se destaca na PNE, trata da “Inclusão Social”, aspecto este necessário na superação dos indicadores sociais existentes na construção de uma vida plena e digna. A concretização desta premissa pelo esporte se dá na ampliação do acesso, na qualificação profissional, no desenvolvimento de projetos sociais que atendam desde a criança ao idoso, com atividades diferenciadas e integradas, e que estejam presentes em todas as manifestações esportivas, primando pela cidadania, diversidade e a inclusão (PNE, 2005).

Embora a PNE entenda que a legislação vigente no Brasil trate o esporte como um direito social, bem como um elemento significativo para o desenvolvimento humano, ela também reconhece que o acesso ao esporte ainda é negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda, sendo uma das principais barreiras a ser enfrentada para o aprimoramento da inclusão social como instrumento de inserção dos sujeitos na sociedade e de ampliação das suas possibilidades futuras (PNE, 2005).

A prática do esporte na perspectiva da inclusão social deve ter como objetivo:

O combate a todas as formas de discriminação, aqui incluindo também as questões relativas às pessoas com necessidades especiais, às pessoas com deficiência, aos menos favorecidos economicamente e aos que são tidos como menos hábeis para a prática. As atividades esportivas, especialmente as que não visam o alto rendimento, devem ter como princípio básico a integração de seus praticantes. Precisa-se criar igualdade de oportunidades, principalmente para aqueles que enfrentam preconceitos por parte da sociedade – negros, índios, deficientes e mulheres das camadas mais pobres, e assim favorecer sua integração social (PNE, 2005, p.41).

¹⁹ Controle Antidoping no Brasil: Resultados do Ano de 2003 e Atividades de Prevenção (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004).

De acordo com essa premissa, a questão de “gênero” deve ser focada, pois o esporte pode ser desenvolvido com base em valores que promovam a igualdade entre homens e mulheres, não só como praticantes, mas como profissionais, gerando subsídios para a implantação de ações afirmativas no bojo central desta questão, ampliando sua discussão para o desenvolvimento e promoção da paz entre os diversos povos.

Acredita-se ainda que através do esporte as relações conflitantes entre os povos possam ser contornadas, tendo em vista que o mesmo é uma prática social potencialmente formadora de valores, como o respeito a acordos convencionados coletivamente, a cooperação, a solidariedade, a tolerância, o espírito de equipe e a luta pelos ideais. Nessa ótica, o esporte pode promover valores vitais para a convivência harmoniosa de um povo e, nesse sentido, as competições internacionais podem ser instrumentos potenciais de aproximação entre os povos e fortalecimento das relações de paz (PNE, 2005, p.41).

A PNE defende ainda que a mobilização social que o fenômeno esportivo mundial acarreta deve primar para o desenvolvimento das nações e, nesse sentido, o fator econômico é capaz de exercer um papel fundamental, pois através da fabricação e comercialização de produtos esportivos, construção de equipamentos ou revitalização dos já existentes, venda de serviços, promoção de eventos e outras ações derivadas deste setor, promove-se a geração de empregos e renda nos mais diversos segmentos que integram esta cadeia produtiva, despertada pelos grandes eventos e competições esportivas que acabam mobilizando milhões de pessoas, entre expectadores, atletas, patrocinadores, vendedores, agentes da mídia nacional e internacional, governos, entre outros (PNE, 2005).

Outra tese considerada como de valor fundamental e um alicerce para os princípios e diretrizes da PNE, é a “democracia”, que caracteriza como democrática a gestão que:

Favorece o acesso às práticas esportivas e aos espaços apropriados, que estimula a participação popular com poder de decisão, que promove a organização de instâncias administrativas, a formação de conselhos, a descentralização da estrutura, da organização e da gestão, que assegura o acesso a informações, o planejamento participativo, a avaliação, o respeito a instâncias coletivas constituídas e defende a transparência na gestão (PNE, 2005, p. 42).

A democracia, portanto, deve fundamentar as políticas públicas de esporte e lazer, estando presente no diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação das ações que constituem todo este conjunto, promovendo a participação e um envolvimento maior por parte da população, possibilitando avançar para além da democracia representativa (BOBBIO, 2000).

Aliada ao papel democrático, a PNE destaca a racionalidade como outro importante componente nas soluções das demandas sociais apresentadas. A racionalidade das ações e o controle social colaboram na propagação de seus resultados, e para isso:

É imprescindível que ocorra a articulação entre as esferas de governo – União, Estados e Municípios -, os poderes – Executivo e Legislativo -, as entidades esportivas e a sociedade, de forma que todos trabalhem em torno de objetivos comuns (PNE, 2005, p. 42).

Segundo a PNE, será através da perspectiva da interação entre os mais diversos agentes que conseguiremos ampliar os esforços e resultados no aprimoramento e desenvolvimento do Esporte enquanto uma política pública. Como exemplo e esforço desta compreensão, cita-se a construção do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, o qual foi debatido na I Conferência Nacional do Esporte em 2004²⁰.

Assim, a PNE considera que a transformação do esporte em política de Estado acontecerá com o estabelecimento de uma rede de intervenção composta pela colaboração e cooperação entre o Ministério do Esporte e os demais Ministérios, entre a União, Estados e os municípios e entre os entes governamentais, não governamentais e a iniciativa privada. A aproximação e a inter-relação entre estas instituições contribuirão para a concretização de parcerias, potencializando as ações, recursos, continuidade de programas, podendo contribuir para que sejam atingidos os objetivos pretendidos para o esporte enquanto política setorial (PNE, 2005).

Chamamos a atenção para o parágrafo anterior, com relação à pretensão da PNE em articular as ações entre as esferas governamentais, tendo em vista que o objetivo geral deste trabalho visa compreender como se estabelece na prática (ou não) esta relação prevista na PNE, mais especificamente como os

²⁰ Documento Final da I Conferência Nacional do Esporte (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004).

conteúdos que compõe este documento são percebidos, entendidos e utilizados como conceitos que fundamentam as políticas públicas de esporte pelos municípios de Araucária, Pinhais, e São José dos Pinhais. Sendo assim, passaremos para a última parte da apresentação da PNE, que trata diretamente de seus objetivos, princípios, diretrizes e ações estratégicas.

2.3 Os objetivos, princípios e diretrizes da Política Nacional do Esporte

Após a apresentação dos conceitos que fundamentaram a PNE na primeira e segunda parte deste capítulo, concluiremos o mesmo expondo os objetivos, princípios, diretrizes e ações estratégicas que orientam a referida política. Os dados aqui apresentados servirão de base para a discussão feita no terceiro e último capítulo deste trabalho.

Sendo assim, os principais objetivos da PNE, de acordo com o documento oficial são:

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira;
- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente;
- Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer;
- Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos;
- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de alto-rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva (PNE, 2005).

Dos princípios que regem a PNE, temos:

- Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social;
- Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão e da participação (PNE, 2005).

Como diretrizes defendidas pela PNE temos:

- Universalização do acesso e promoção da inclusão social;
- Desenvolvimento humano;
- Ciência e Tecnologia do Esporte;
- Promoção da Saúde;
- Paz e desenvolvimento da nação;
- Desenvolvimento econômico;
- Gestão democrática: participação e controle social;
- Descentralização da política esportiva e de lazer (PNE, 2005).

E, como ações estratégicas, a PNE apóia-se na (ou no):

- 1 – Ampliação do acesso ao esporte em cada região do país como direito social.
- 2 – Garantia da oferta regular e da difusão da Cultura das práticas esportivas escolar e de lazer para todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo, idade ou condição social.
- 3 – Ampliação e modernização de infra-estrutura esportiva, contemplando a diversidade das práticas.
- 4 – Estruturação da Política Nacional de Recursos Humanos, articulada com Estados e Municípios, para Capacitação e formação com caráter multiprofissional e multidisciplinar, em parceria com o MEC e IES, de Recursos Humanos atuantes em atividades esportivas em todos os níveis, de forma a atender o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.
- 5 – Desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia do esporte.
- 6 – Oferecimento regular de práticas esportivas educacionais, de lazer e de alto rendimento, especialmente voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social.
- 7 – Fortalecimento da participação da Mulher no esporte.
- 8 – Promoção de práticas esportivas que atendam pessoas deficientes e com necessidades especiais.
- 9 – Afirmação do esporte como meio de promoção da saúde em ações interdisciplinares com o Ministério da Saúde (MS), a ONU, o CONSEA²¹, entre outros, incluindo os órgãos congêneres nos Estados e Municípios.
- 10 – Implementação de ações de combate ao doping esportivo, bem como de prevenção ao seu uso, respeitando as normas e regulamentos dos organismos internacionais de combate ao doping.
- 11 - Criação de sistema integrado de diagnóstico, avaliação e documentação esportiva, amplo e aprofundado.
- 12 - Garantia da democratização da informação no âmbito esportivo.
- 13 - Apoio e fortalecimento da gestão pública do esporte em todos os níveis.
- 14 - Estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer no país, compreendendo as esferas de atuação pública e privada, consolidando uma rede de gestores federais, estaduais e municipais, as entidades de prática e de administração esportiva,

²¹ Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

entidades representativas do esporte e do lazer em geral, escolas públicas e privadas, universidades, prestadores de serviço e profissionais, técnicos, atletas e a população atendida.

15 – Estruturação de uma política de financiamento que esteja vinculada ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer e que mobilize, articule, amplie e dinamize recursos para essa área, coordenando as iniciativas do setor público, em todas as esferas, e do privado, assentada sob princípios sólidos de controle público e transparência.

16 - Modernização e fortalecimento das entidades de administração e da prática do esporte e com vistas à democratização das entidades e à profissionalização da gestão.

17 – Ampliação da participação da comunidade esportiva e da sociedade na implementação da política, mantendo canais permanentes de comunicação.

18 – Garantia de mecanismos de controle e avaliação permanentes da PNE, com a participação dos Conselhos e dos Gestores Estaduais e Municipais, e através da Conferência, visando o acompanhamento contínuo das ações em todos os níveis de execução, para direcionar e redirecionar seu processo de planejamento (PNE, 2005).

Esses foram os objetivos, princípios, diretrizes e ações estratégicas que orientam a PNE e que servirão de referência específica na análise de nosso objeto de pesquisa que se dará no próximo capítulo, onde abordaremos as políticas públicas de esporte e lazer na esfera local, buscando responder a problematização anunciada na introdução deste trabalho e que se concentra em investigar se a PNE foi utilizada como referência na implementação das políticas municipais do Esporte, compreendendo como ocorre ou se não ocorre este processo.

CAPÍTULO III

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA ESFERA LOCAL

A partir de agora traremos as políticas de esporte e lazer na perspectiva municipal. Para tanto dividiremos este capítulo em duas partes. A primeira parte se concentrará em uma sintética apresentação da “política pública” enquanto uma área do conhecimento, apontando seu conceito geral e seus desdobramentos frente à política setorial de esporte. Na segunda parte apresentaremos os dados e as informações coletadas nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, buscando ampliar a discussão e responder à problematização e aos objetivos centrais deste estudo.

3.1 Compreendendo o conceito de Política Pública

Entendendo que a PNE advém da compreensão de um governo frente às ações de políticas públicas no setor esportivo para o país, nos preocupamos em aprofundar minimamente o conceito de “Políticas públicas” que a cada dia vem sendo utilizado e empregado pelos mais diversos segmentos e agentes sociais.

Segundo Souza (2006) as últimas décadas têm apontado um aumento considerável do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Para compreender uma determinada área do conhecimento torna-se necessário entender sua trajetória, seus desdobramentos e suas perspectivas. Assim as políticas públicas²² como campo do conhecimento têm seu desenvolvimento como disciplina acadêmica e sub-área da ciência política norte-americana a partir da década de 50, referindo-se ao estudo do mundo público, e preocupando-se em discutir acerca das ações dos governos, tendo como pressuposto analítico aquilo que o governo faz ou deixa de fazer por meio de formulações científicas e análises por parte de pesquisadores independentes (SOUZA, 2006).

²² Para maiores esclarecimentos sobre o campo de conhecimento em políticas públicas ver em Frey (2000), Souza (2006) e Secchi (2010).

Considerando todo o processo pelo qual tem avançado, de acordo com Souza (2006, p. 24), a área de políticas públicas possui quatro grandes “pais fundadores”, sendo eles H. Laswel, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Para melhor entendimento do que cada um destes estudiosos defendia, organizamos um quadro explicativo, conforme apresentado abaixo:

H. Laswel (1936)	Introduz a expressão <i>policy analysis</i> (análise de política pública), conciliando o conhecimento acadêmico com a produção empírica dos governos, estabelecendo o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006).
H. Simon (1957)	Introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (<i>policy makers</i>), argumentando que problemas como informação incompleta ou imperfeita, tempo para tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, acabam limitando a racionalidade dos decisores. Porém esclarece também que é possível maximizar tal limitação por meio da criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores na direção dos resultados desejados, minimizando inclusive a busca de interesses próprios (SOUZA, 2006).
C. Lindbom (1959; 1979)	Questionou a ênfase no racionalismo de Laswel e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis na formulação e análise das políticas públicas, como as relações de poder e as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim e um princípio. Daí a necessidade de incorporar além da racionalidade, aspectos como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse (SOUZA, 2006).
D. Easton (1965)	Definiu política pública como um sistema, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. As políticas públicas recebem <i>inputs</i> dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, que influenciam seus resultados e efeitos (SOUZA, 2006).

Fonte: O Autor (2010)

Para Souza, (2006) não existe uma única definição para o conceito de política pública. Contudo, levando em consideração a complexidade da área em questão, é possível destacar alguns conceitos que favoreçam um entendimento inicial deste ramo da ciência política. Apresentaremos a seguir uma compilação

realizada por Souza de cinco autores e suas referidas definições acerca da política pública.

O primeiro autor é Mead, que define a política pública como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas” (1995 apud Souza, 2006). Já para Lynn “é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” (1980 apud Souza, 2006).

O terceiro autor, Peters, considera que política pública “é a soma de atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (1986 apud Souza, 2006). Dye sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe ou não fazer” (1984 apud Souza, 2006).

A quinta e última definição e a mais conhecida trazida por Souza é a de Laswel que afirma que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (1936 apud Souza, 2006). Nesta perspectiva Heidemann & Salm consideram que:

Em termos político-administrativos, o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado em seu sentido lato. Em seu conjunto essas decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de políticas públicas (2010, p. 28).

Fazendo um apanhado do que foi apontado pelos autores, tecnicamente, podemos definir como políticas públicas as ações práticas e as diretrizes políticas as quais são fundamentadas por leis regidas pelo Estado ou exercidas por um governo para promover a resolução de questões gerais e específicas de uma sociedade. Neste sentido as resoluções devem fazer-se presentes por meio de um planejamento, que pressupõe políticas previamente definidas tanto de alcance geral ou “horizontal”, como por exemplo, a política econômica, e como de alcance ou impacto “setorial”, como por exemplo, a política de saúde (HEIDEMANN & SALM, 2010).

Percebemos então que a política de esporte, objeto de análise deste trabalho, situa-se como uma política setorial, e que de acordo com as diretrizes

conceituais da PNE (2005), o esporte deve ser difundido como uma política de Estado, sem rupturas e descontinuidades.

Mais recentemente, surgiram referências a “política de Estado” em lugar de políticas públicas governamentais. Elas teriam caráter particularmente estável e inflexível e obrigariam todos os governos de um Estado em particular a implementá-las, independentemente dos mandatos que os eleitores lhes confiassem, em momentos históricos distintos. Na prática, a noção de política de Estado difere pouco do conceito de política pública, pois se limita aos valores consagrados na Constituição. Afinal, governos democráticos não disputam princípios constitucionais, que se presumem universais, simplesmente, cumpre-os (HEIDEMANN & SALM, 2010, p. 30).

Assim a política é concebida, finalmente como a teoria ou o conhecimento dos fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político-administrativas (nações, estados, municípios ou distritos especializados). Neste sentido, ela estuda e sistematiza o “fato político básico” assim caracterizado e engloba, portanto, todas as acepções anteriores (HEIDEMANN & SALM, 2010). Portanto, a PNE é uma ação regulamentada e que objetiva junto às estruturas administrativas públicas e privadas em todas as suas instancias, organizar por meio de suas diretrizes e conceitos, o esporte como um fenômeno político e um direito social.

Compreendendo a visão teórico-conceitual, a política pública geral e a política social são campos multidisciplinares, com foco nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos.

Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. [...] Pode-se, então resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos

traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 25-26).

Nesse entendimento é que buscamos aproximar a análise deste estudo, ou seja, em investigar acerca de uma ação da política pública setorial do esporte através da PNE (variável independente), pautando-a em uma análise de cunho sociológico por meio da “Sociologia Reflexiva” de Pierre Bourdieu, a partir da inter-relação entre Estado e sociedade (variável dependente), sendo esta representada pelos diferentes olhares, exemplificados pela interseção entre o *campo esportivo* e o *campo político*.

3.1.1 As análises de políticas públicas (*policy analysis*)

Aquém de esgotar o tema “políticas públicas”, tendo em vista a sua real complexidade e interação com várias áreas do conhecimento, vamos ampliar sua discussão e assim gerar subsídios para a reflexão sobre os dados da pesquisa que serão apresentados neste capítulo. Para tanto trataremos brevemente dos conceitos básicos da abordagem analítica da “*policy analysis*”, dentre eles destacaremos “*policy*, *politics* e *polity*”, sendo considerados de fundamental importância para a compreensão de políticas públicas e seu processo de pesquisa (FREY, 2000).

Na ciência política, a literatura sobre “*policy analysis*” diferencia três dimensões da política, sendo adotados os termos em inglês de *polity* para a denominação das instituições políticas, referindo-se à ordem do sistema político, relacionado à estrutura institucional do sistema político-administrativo. A dimensão *politics* para processos políticos, freqüentemente de caráter conflituoso, e que diz respeito, à imposição dos objetivos, conteúdos, e às decisões de distribuição. E *policy* para os conteúdos concretos da política, à configuração dos programas, e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000).

Assim a *Policy analysis* como arcabouço tradicional da ciência política analisa a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política. A partir deste entendimento vamos percebendo que as instituições burocráticas-administrativas como o Ministério do Esporte e as Secretarias Municipais de Esporte são representados pela dimensão *polity*, que designa as instituições políticas. O caráter conflituoso das decisões estabelecida

nas relações entre os agentes das instituições e agentes partidários representam o processo político, ou seja, a *politics*. E os conteúdos concretos, as ações e programas como é o caso da PNE e os programas e projetos desenvolvidos nos municípios exemplifica a terceira dimensão da análise política denominada de Policy. Para Frey é notório destacar que as três dimensões da análise política possuem uma significativa dependência, pois as disputas travadas entre os agentes no processo político deixarão suas marcas nos programas, projetos e ações que serão planejados e desenvolvidos (FREY, 2000).

Portanto a relação de conflito e consenso entre os agentes representantes das instituições políticas como o Ministério do Esporte e das Secretarias Municipais de Esporte, definirá de que forma o conteúdo da Política Nacional do Esporte se estabelece ou não na perspectiva da análise das políticas públicas locais.

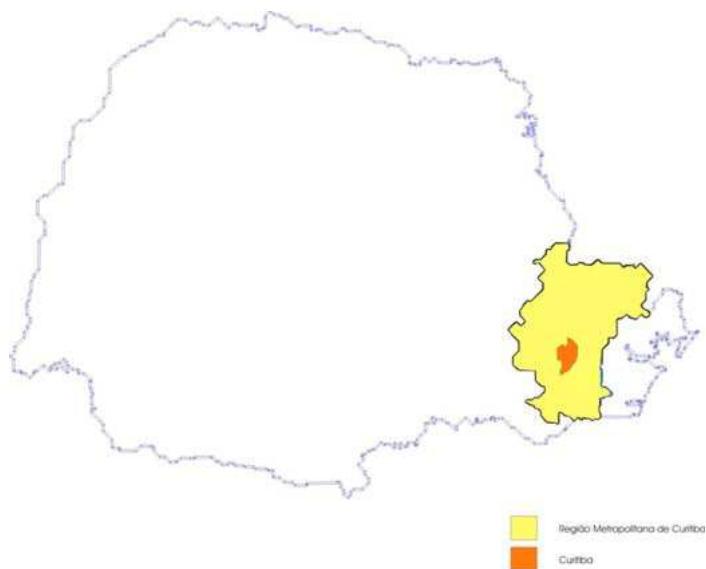
Feita esta breve explanação sobre os conceitos gerais que subsidiam a compreensão acerca das políticas públicas enquanto área do conhecimento, passaremos à segunda parte deste capítulo, apresentando os municípios que constituíram nosso objeto de investigação.

3.2 Os municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais

Com o intuito de facilitar o entendimento sobre os municípios participantes da pesquisa de campo, faremos a exposição dos mesmos de forma conjunta, ou seja, trazendo e apresentando dados que nos permitam analisar a referida informação simultaneamente, compreendendo como ela ocorre nos três diferentes locais. Abordaremos informações pertinentes ao perfil de cada cidade como: localização territorial, população, economia, e outros indicadores sociais que nos auxiliem no conhecimento inicial sobre tais municípios.

Para melhor compreensão dos leitores, os dados serão apresentados por meio de tabelas que possibilitem comparar estas informações entre os três municípios, utilizando também como referência a cidade de Curitiba, por se tratar da Capital do Estado do Paraná e, portanto, dinamizar tal compreensão. Começamos apresentando a localização territorial em que se encontram Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, em relação à Região Metropolitana de Curitiba (RMC), através da figura abaixo que representa o Estado do Paraná.

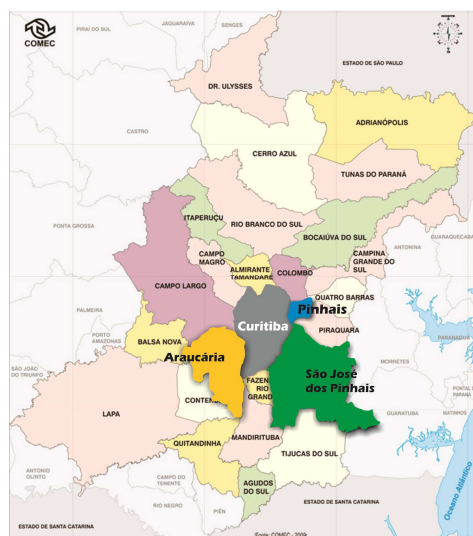
FIGURA 2- MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM ÊNFASE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC).



FONTE: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (2011)

O Estado do Paraná está representado na figura acima pela cor branca, a cor amarela representa a RMC, e a cor laranja a cidade de Curitiba. A próxima figura demonstra especificamente a localização territorial de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais em relação à RMC.

FIGURA 3 – MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, COM DESTAQUE A CIDADE DE CURITIBA, E AOS MUNICÍPIOS DE ARAUCÁRIA, PINHAIS, E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.



FONTE: Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (2011)

Conforme o mapa cima, Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, integram os 26 municípios que compõe a Região Metropolitana de Curitiba, também conhecida como “Grande Curitiba”, a qual se situa no primeiro planalto paranaense, considerada a segunda região mais populosa do sul e a oitava do Brasil, com aproximadamente 3.168.980 habitantes (IBGE, 2010).

A próxima tabela nos ajuda a especificar ainda mais as informações quanto à localização territorial trazida no mapa anterior.

TABELA 1 – DADOS COMPARATIVOS ENTRE A LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TENDO COMO REFERÊNCIA A CIDADE DE CURITIBA.

	ARAUCÁRIA	PINHAIS	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	CURITIBA
Altitude	897 m	893 m	906m	908m
Ano de Instalação	01/03/1890	01/01/1993	08/01/1853	29/03/1693
Área Territorial	471.337 Km ²	61.137 Km ²	944.280 Km ²	435.495 Km ²
Distância da Capital	28,60 Km	8,90 Km	18,60 Km	-----KM
Densidade Demográfica	250,28 hab/Km ²	1.935,31 hab/Km ²	295,78 hab/Km ²	4.011,29 hab/Km ²
Grau de Urbanização	95,52 %	100,00 %	89,66 %	100,00 %

FONTE: O autor (2011)²³

Percebemos que os três municípios se localizam muito próximos da capital do Paraná, Curitiba, apresentando basicamente a mesma altitude entre si. Em relação ao ano de sua instalação, Araucária e São José dos Pinhais tiveram sua emancipação política a partir da segunda metade do século XIX, já o município de Pinhais é considerado um dos mais novos do Estado, pois seu desmembramento da Cidade de Piraquara²⁴ só ocorreu em 1993, o que colaborou

²³ Dados retirados do relatório do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) sobre o perfil dos municípios paranaenses (IPARDES, 2011).

²⁴ Até 1992 Pinhais pertencia à cidade de Piraquara, a qual também compõe a Região Metropolitana de Curitiba.

para que o mesmo apresente a menor extensão territorial do Paraná, com uma área aproximada de 60,92 Km², sendo também o mais próximo da capital.

Ainda em relação à territorialidade, São José dos Pinhais, possui basicamente o dobro da extensão territorial em relação à Araucária e Curitiba, e a maior parte desta área, algo por volta de 80% compreende sua zona rural. Este índice contribui significativamente para que o mesmo também possua percentualmente a menor densidade demográfica e grau de urbanização entre as cidades pesquisadas (PMSJP, 2011).

Quanto aos dados populacionais e econômicos a tabela a seguir nos mostra as seguintes informações:

TABELA 2 – DADOS COMPARATIVOS ENTRE A POPULAÇÃO E ECONOMIA DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TENDO COMO REFERÊNCIA A CIDADE DE CURITIBA.

	ARAUCÁRIA	PINHAIS	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	CURITIBA
Nº de Habitantes	119.207	117.166	279.297	1.851.215
População no Estado	13ª maior população	14ª maior população	6ª maior população	1ª maior população
Participação Econômica no Estado	2ª maior economia	10ª maior economia	3ª maior economia	1ª maior economia
PIB Per Capita	94,966	20.919	38.155	23.696

FONTE: O autor (2011)²⁵

Os dados acima demonstram que Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais estão entre as quinze maiores populações do Paraná, tendo em vista o Estado abranger em sua totalidade 399 municípios. As características étnicas das populações entre os referidos municípios formam-se por descendentes dos primeiros habitantes da região: índios, lusos brasileiros, por descendentes de imigrantes poloneses, italianos, ucranianos, sírios, alemães, japoneses, e por migrantes vindos de outras regiões atraídos pela industrialização pela qual

²⁵ (IPARDES, 2008-2009).

passaram estas cidades (ARAUCÁRIA, 2011; PINHAIS, 2011; SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2011).

Em relação à participação econômica Araucária e São José dos Pinhais destacam-se respectivamente como a segunda e terceira maiores economias, e neste aspecto, consideramos que há uma convergência de fatores que historicamente contribuíram para tal índice. Dentre eles citamos que ambas as cidades estão estrategicamente localizadas em relação ao Mercosul²⁶, servindo de ligação entre as regiões sul e sudeste do país, com fácil acesso rodoviário e conexão com aeroportos e portos marítimos (ARAUCÁRIA, 2011; SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2011).

Outro fator que promoveu a economia destas cidades, diz respeito a seus parques industriais. No caso de Araucária a cidade recebeu na década de 70 a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, o que gerou um enorme avanço e influenciou o desenvolvimento industrial petroquímico, servindo de sede para novas indústrias com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana, adaptando-se ao processo de industrialização e mantendo suas características agrícolas, o que a torna um importante pólo agro-industrial (ARAUCÁRIA, 2011).

O Parque industrial de São José dos Pinhais é formado por mais de 1000 indústrias de diversos setores, além de contar a partir da década de 90, com a instalação de duas montadoras da rede automobilística, tornando-se o terceiro pólo deste setor no país. Por possuir a maior parte de seu território composta por área rural tem na agricultura outro mecanismo fortalecedor de sua economia, sendo o maior produtor de olerícolas²⁷ do Estado do Paraná.

A décima economia do Paraná é representada pela cidade de Pinhais que conta com aproximadamente 2500 empresas, 1500 estabelecimentos comerciais, destacando-se principalmente na indústria de metal, mecânica, plásticos e prestação de serviços. Difere-se de Araucária e São José dos Pinhais quanto ao desenvolvimento agrícola, e isto se deve, principalmente, pela pequena extensão territorial de seu município e sua taxa de ocupação urbana que atinge os 100% (PINHAIS, 2011).

²⁶ Mercado Comum do Sul, bloco econômico para o desenvolvimento dos países da América do Sul.

²⁷ Olericultura é o cultivo de hortaliças (verduras, legumes e condimentos), dentre as mais conhecidas destacam-se: alface, beterraba, couve-flor, espinafre, repolho, tomate e outros. Maiores informações ver em www.criareplantar.com.br

Ampliando a discussão, a próxima tabela apresentará alguns dados referentes aos índices relacionados à área de desenvolvimento social.

TABELA 3 – DADOS COMPARATIVOS ENTRE ÍNDICES SOCIAIS DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TENDO COMO REFERÊNCIA A CIDADE DE CURITIBA.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH²⁸	Taxa de Pobreza²⁹	Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais³⁰	Coeficiente De Mortalidade Infantil³¹
Araucária	0,801	17,71 %	5,8 %	15,10
Pinhais	0,815	14,18 %	5,8 %	12,93
São José dos Pinhais	0,796	14,03 %	5,7 %	14,56
Curitiba	0,856	8,61%	3,4 %	9.83

FONTE: O autor (2011) ³²

Observando os dados acima citados, verificamos que o IDH dos municípios encontra-se acima da média nacional apontada como 0,699 e próximos do IDH do Paraná que é de 0,820 indicando, portanto, que estas cidades apresentam uma qualidade de vida satisfatória quanto às ações voltadas à educação, renda Per capita e nível de saúde.

Em relação às taxas de pobreza, analfabetismo e coeficiente de mortalidade Infantil, os valores demonstram que Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais possuem nestes três índices quase o dobro da porcentagem da Curitiba, e isto pode ser mais bem compreendido considerando que a capital paranaense apresente um dos maiores IDH entre as demais capitais brasileiras

²⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população.

²⁹ Taxa de pobreza: pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar per capita de até ½ salário mínimo. Os dados referentes à situação de pobreza são provenientes dos microdados de /censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo IPARDES.

³⁰ A Taxa de Analfabetismo mede o grau de analfabetismo da população. Avalia o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Usualmente é considerada a faixa etária de 15 anos ou mais, isto é, o analfabetismo avaliado acima da faixa etária onde, por lei, a escolaridade seria obrigatória. É considerada analfabeta a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome, é também considerada analfabeta.

³¹ O Coeficiente de Mortalidade Infantil mede a proporção de crianças que morrem antes do primeiro ano de vida em relação aos nascidos vivos, em determinada área e período.

³² (IPARDES, 2000-2010).

(FIRJAM, 2010). Estes valores também despertam atenção quanto a um problema que acomete grande parte das regiões metropolitanas do país, em que a carência de serviços básicos nos municípios acaba “inchando” as capitais na perspectiva de resolução por suas demandas, como no caso da saúde pública, em que alguns serviços especializados são oferecidos somente nas capitais e nas grandes cidades, contribuindo na centralização e acúmulo de algumas ações que deveriam ser planejadas e dinamizadas em conjunto entre todos os municípios metropolitanos.

As informações anteriormente citadas tiveram o propósito de prover ao leitor, mesmo que não de forma aprofundada, informações a respeito dos municípios que compõe a pesquisa de campo deste estudo. Para tanto, após conhecermos aspectos gerais do perfil econômico, populacional e social destes municípios, passaremos a partir de agora a especificar as informações na área do esporte e lazer nestas localidades. Nesta direção, daremos continuidade na proposição de dados, expondo, por meio da tabela a seguir, os valores e percentuais destinados à área em questão pelo poder público municipal.

Os critérios utilizados para calcular o IDH são: Grau de escolaridade, ou seja, média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra de habitantes, considerando os recursos financeiros oriundos do exterior; Nível de Saúde: baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental. O IDH varia de 0 a 1 (um) e, quanto mais se aproxima de 1 (um), maior o IDH de um local.

TABELA 4 – DADOS COMPARATIVOS ENTRE A RECEITA MUNICIPAL E AS DESPESAS REFERENTES AO DESPORTO E LAZER DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, TENDO COMO REFERÊNCIA A CIDADE DE CURITIBA.

Municípios	Receita Municipal (base 2009)	Despesas municipais - Desporto e Lazer (base – 2009)
Araucária	R\$ 366.175.593,76	R\$ 5.824.891,27 1,5 % das despesas
Pinhais	R\$ 138.940.670,82	R\$ 545.909,21 0,37% das despesas
São José dos Pinhais	R\$ 410.271.745,90	R\$ 4.626.030,23 1,1% das despesas

FONTE: O autor (2011) ³³

Conforme preconiza a PNE, o financiamento para o esporte e o lazer é um preceito de extrema importância para o seu desenvolvimento. Porém, esta política não sugere em seu texto nenhuma referência em termos de porcentagem do orçamento que a mesma entenda como a mínima necessária para que a União, os Estados e os Municípios invistam nesta área.

Assim, verificamos por meio dos dados acima apresentados, uma enorme diferença em termos percentuais entre os recursos destinados ao orçamento para o esporte e lazer nessas cidades, chegando a índices que variam de 0,37% no caso de Pinhais, a 1,5% em Araucária. Cabe destacar também que se está observando nestes valores apenas o total e o percentual geral das despesas, sem indagar aqui em que sub-áreas do esporte e lazer são priorizados estes investimentos.

Outra importante informação na compreensão do desenvolvimento do esporte nesses municípios se dá na indagação de como a área em questão está administrativamente estruturada.

No município de Pinhais a pasta responsável pelo desenvolvimento destas ações denomina-se “Secretaria de Cultura, Esporte e Recreação”. Em Araucária e São José dos Pinhais, ambas possuem pasta própria, ou seja, “Secretaria Municipal de Esporte e lazer”.

Nota-se, portanto que Pinhais tem na mesma secretaria ações voltadas à cultura e ao esporte, o que pode significar, principalmente, a divisão dos recursos destinados a esta secretaria. Não significa traçar aqui uma relação direta de causa e efeito, em que municípios que possuem pastas únicas para o esporte e lazer melhor utilizem seus investimentos e ações na área. Contudo, para confirmação ou não desta hipótese, se faz necessário a realização de estudos que tenham como foco principal analisar especificamente esta relação, sendo importante mencionar neste momento que esta pesquisa apenas levanta tal questionamento, porém a mesma não tem a pretensão de respondê-lo, tendo em vista que a sua problematização está centralizada na PNE e sua relação entre os municípios selecionados para nossa pesquisa.

³³ Dados retirados dos Cadernos Municipais (IPARDES, 2010).

Avançando na compreensão sobre o esporte e o lazer enquanto área de desenvolvimento social frente ao poder público municipal, investigamos nos municípios em relação ao marco legal que direciona as ações para a referida área. Para tanto, buscamos dados na Lei Orgânica³⁴ dos respectivos municípios. Iniciamos pela Lei Orgânica Municipal (LOM) de Araucária, que em seu Capítulo IV, Seção III - Do Desporto, trata dos seguintes artigos:

Art. 113 – É dever do município fomentar as atividades desportivas em todas as suas manifestações, como direitos de cada um, assegurando:

I – autonomia das entidades desportivas e associações quanto à organização e funcionamento;

II – destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do esporte educacional e amador;

III – incentivo à capacitação dos recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade desportiva;

IV – criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo;

V – estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos e destinação de área para atividades desportivas nos projetos de urbanização pública, habitacionais e nas construções de deficiência;

VII – equipamentos e instalações adequados à prática de atividades físicas e desportivas pelos portadores de deficiência.

Art. 114 – Caberá ao Município estabelecer e desenvolver planos e programas de construções e instalações desportivas comunitárias para a prática do desporto popular.

Art. 115- O Poder Público Municipal incentivará o lazer como forma de promoção social.

Art. 116 – A Lei Municipal apoiará e estimulará as empresas que propiciem:

I – investimentos em pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva;

II – investimentos e/ou patrocínios para atividades esportivas

Percebemos que o conteúdo acima apresentado principalmente pelo artigo 13, segue os preceitos básicos da “autonomia” para as instituições esportivas quanto a sua organização e funcionamento, além de destacar também o inciso II referente à prioridade de recursos ao desporto educacional e amador, conforme preconizado pela Constituição Federal.

Apresentamos agora a Lei Orgânica do município de Pinhais, que traz em seu Capítulo VII – Da Educação, Cultura e do Esporte, os seguintes artigos:

³⁴ A Lei Orgânica Municipal é uma lei municipal correspondente, de uma forma local, a constituição federal e estadual. A Lei Orgânica é instrumento maior de um município, promulgada pela Câmara Municipal, que atende princípios estabelecidos na constituição federal e estadual. Nela está contida a base que norteia a vida da sociedade local, na soma comum de esforços visando o bem estar social, o progresso e o desenvolvimento de um povo. Maiores informações em <<http://232leisorganicas.blogspot.com/2010/05/qual-e-verdadeira-definicao-para-lei.html>>.

Art. 96 - Respeitadas as diretrizes e normas gerais estabelecidas pela União e pelo Estado, a prática municipal no campo educacional dará prioridade ao ensino fundamental e pré-escolar.

Art. 97 - O Município aplicará anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino, nunca menos de vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos compreendida a proveniente transferência.

Art. 98 – O Município instituirá e manterá programas de incentivo à cultura, na forma da lei.

Art. 99 – O Município fomentará práticas formais e não formais, como direitos de cada um, observados o disposto na constituição Federal e as normas contidas em lei federal

O Capítulo VII, exposto acima, nos mostra que apenas o artigo 99 se refere aos preceitos voltados ao esporte e lazer, de forma que no mesmo não seja mencionado e especificado nenhum aspecto voltado à realidade local deste município, mas sim direcionando seu conteúdo diretamente à Constituição Federal.

A próxima Lei Orgânica a ser apresentada será a do município de São José dos Pinhais. Esta trata em seu Capítulo V, Seção III – Do Desporto e do Lazer, os artigos abaixo:

Art. 162 – O Município fomentará as práticas desportivas formais ou não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e às promoções desportivas locais.

Art. 163 – O Município subvencionará as atividades oficiais de Liga de Futebol e Clubes de Automobilismo representativos da comunidade sãojoseense, na forma em que a lei dispuser.

Art 164 – O Município incentivará o Lazer como forma de promoção social

Assim como a LOM de Araucária, mais uma vez observamos que o esporte de caráter educacional é citado pela LOM de São José dos Pinhais, através do artigo 162, como prioritário no desenvolvimento de ações que contemplem aos alunos da rede de ensino. Para a confirmação deste fato, ou seja, se realmente esta manifestação esportiva é prioridade nos municípios, salientamos que outras pesquisas devem ser desenvolvidas, a fim de melhor compreender como e quais são as políticas públicas que vêm sendo aplicadas ao esporte escolar. Nossa hipótese, baseando-se no referencial teórico deste trabalho em relação ao desporto escolar, seria de que as ações desenvolvidas no macro campo do esporte tendem a se reproduzir na esfera menor e assim o esporte escolar também não seria tido como prioritário nos municípios.

Após apresentação acerca das leis orgânicas municipais, abordaremos agora a respeito das estruturas de esporte e lazer dos referidos municípios. Para tanto, apresentaremos os equipamentos públicos que compõe a estrutura física de esporte e lazer existentes em Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais.

Implementar um equipamento público destinado ao esporte, reflete investimentos financeiros que advém em alguns casos do próprio orçamento municipal, ou através da parceria com o governo estadual ou federal. Portanto, conhecer estes espaços significa contribuir na investigação de como os municípios pensam e desenvolvem suas políticas públicas, pois acreditamos que os equipamentos construídos são ou “deveriam ser” fruto de análise e planejamento referente às ações que possibilitem a ampliação do atendimento à comunidade local, ou que apenas servirão para otimizar o desenvolvimento de uma modalidade esportiva já culturalmente potencializada, e assim reforçar a fragmentação sobre a utilização destes equipamentos entre atletas e indivíduos que não vivenciaram a prática esportiva durante sua formação pessoal. A partir deste entendimento, vamos apresentar através da tabela abaixo, os equipamentos públicos existentes nos municípios pesquisados e que são administrados pelas secretarias municipais responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas de esporte de cada município.

TABELA 5 - EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE EXISTENTE EM ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, ADMINSTRADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.

<u>Equipamentos</u>	Araucária	Pinhais	São José dos Pinhais
Ginásio de esporte	3	2	12
Estádios ou campos de futebol	3	6	3
Quadras poliesportivas	5	1	2
Canchas de futebol de areia	17	xx	50
Pista de atletismo	1 – oficial		1- Não oficial
ATI – academia da terceira Idade	Xx	4	6
Pista de skate	1	1	3

Piscinas	3	Xx	Xx
Quadra de vôlei de areia	1	1	1
Sala de musculação	1	Xx	Xx
Sala de ginástica	3	6	1
Pista de caminhada e corrida	2	1	3
Sala de lutas	3	1	1

FONTE: O autor (2011) ³⁵

Evidentemente que os municípios possuem outros equipamentos voltados ao esporte e ao lazer, e que estão vinculados principalmente às escolas da rede municipal e estadual de ensino, a outras secretarias como parques e praças, às associações de bairro e sindicatos de trabalhadores e outros equipamentos de propriedade privada que oferecem sérios nesta área. Porém, para fins de quantificação, nos baseamos apenas nos equipamentos públicos que ficam sob a coordenação e responsabilidade das secretarias de esporte e lazer dos referidos municípios.

Verificamos que Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais apresentam basicamente os mesmos equipamentos, variando apenas na sua quantidade. Nesta questão, os equipamentos com maior variação foram os ginásios de esporte e as canchas de futebol de areia, sendo respectivamente doze ginásios e cinquenta canchas em São José dos Pinhais, três ginásios e 17 canchas em Araucária e dois ginásios e nenhuma cancha de areia em Pinhais.

Poderíamos relacionar essa maior quantidade de equipamentos em São José dos Pinhais com o fato do município possuir aproximadamente o dobro de habitantes de Araucária e Pinhais. Porém, esta hipótese não seria confirmada ao observar na tabela acima que Araucária possui três piscinas públicas e Pinhais e São José dos Pinhais não possuem nenhuma, além ainda dos estádios ou campos de futebol, em que o município de Pinhais possui o dobro destes equipamentos em relação à Araucária e São José dos Pinhais.

Salientamos que a referência a esses dados visa complementar as informações que vem sendo trabalhadas neste capítulo, e objetivam ampliar o conhecimento sobre os municípios pesquisados. Desta forma, ao apresentarmos

³⁵ Dados retirados dos relatórios dos site oficial secretarias municipais de Esporte e Lazer de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais (PMA, PMO, PMSJP, 2010).

numericamente os equipamentos em questão, não nos propomos a comparar qualitativamente as políticas públicas desenvolvidas nestas localidades, mas apenas a situar os leitores quanto a um entendimento básico em relação à infraestrutura esportiva de cada cidade.

A primeira parte deste capítulo se propôs a resgatar os conceitos da política pública enquanto área do conhecimento, estabelecendo ligações destes conceitos com a política setorial de esporte brasileira. Localizamos tal setorialidade por meio da apresentação realizada na segunda parte deste capítulo, onde trouxemos tanto informações gerais sobre os perfis, quanto características territoriais, populacionais, econômicas, sociais e, mais especificamente, as despesas, orçamento, ordenamento legal e infra-estrutura voltada à área de esporte e lazer dos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais. Na sequência, apresentaremos os dados referentes às entrevistas realizadas com os representantes dos referidos municípios, as quais nos permitirão analisar a reflexão proposta neste estudo de compreender a relação entre a PNE e as ações realizadas na área de esporte e lazer de tais municípios.

3.3 A relação entre a esfera federal e municipal

Buscaremos agora compreender a relação estabelecida entre a esfera federal e municipal, observando a interseção entre o “campo esportivo” e o “campo político”, e nesta, o “subcampo” das políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil, apontados neste estudo pelas instituições (*polity*) que representam “o macro e o micro” nesta relação, ou seja, pelo Ministério do Esporte e pelas secretarias municipais de esporte e lazer de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais. Mais especificamente vamos analisar o que pensam os agentes/atores que fazem parte deste processo conflituoso (*politics*) acerca da influência ou não dos conteúdos (*policy*) da Política Nacional do Esporte nas políticas públicas locais. Apresentaremos as entrevistas com base nas suas questões e respostas, o que nos permitirá analisar, discutir e assim confirmar ou não a hipótese deste estudo de que a PNE não orientou o desenvolvimento das políticas públicas locais no período de 2005 a 2010 nos referidos municípios.

É importante mencionar, conforme definido nos procedimentos metodológicos deste estudo, no que se refere à garantia do anonimato dos participantes envolvidos, que utilizaremos nomes fictícios de gênero feminino para a apresentação das informações presentes nas entrevistas realizadas com os representantes dos municípios acima mencionados. Da mesma forma, explicamos que iremos nos referir aos entrevistados em termos de gênero feminino.

Iniciaremos apresentando um perfil das agentes em relação ao tempo de envolvimento na gestão e como cada uma entende suas funções e atribuições referentes a seu cargo em seus respectivos municípios. Estas primeiras informações visam além de cumprir com os critérios de inclusão da referida pesquisa, sobretudo, mapear o campo, procurando conhecer mais a respeito das estruturas das secretarias municipais de esporte e lazer, quem são seus agentes, *habitus* e “capitais”, e os objetos de disputa presentes nesta interseção. Nesta perspectiva, verificamos que, das oito participantes da pesquisa, 55% têm entre dois a dez anos de experiência profissional, atuando diretamente em sua secretaria, e 45 % entre onze a vinte anos.

Dos cargos ocupados, uma agente exerceu a função de secretária e três exercem atualmente esta função, ou seja, cargo máximo na hierarquia da estrutura burocrática das pastas municipais de esporte e lazer. As outras cinco entrevistadas atuam na gestão, tendo passado por diferentes funções como professoras, chefes ou diretoras de departamento.

Em relação à formação acadêmica ou profissional, cinco agentes têm graduação na área de Educação Física, e outras em áreas variadas como Direito, Gestão Pública, e ex-atleta profissional. Das profissionais com formação em Educação Física, uma está atualmente na secretaria e outra já assumiu a secretaria de seu município. Portanto, de quatro agentes entrevistadas responsáveis pelas respectivas pastas municipais, três não tem formação acadêmica específica na área do esporte, reforçando que os cargos no primeiro escalão municipal, assim como na esfera estadual e federal, são ocupados por pessoas representantes dos partidos que compõe a base de apoio ao governo eleito, sendo esta uma prática histórica e extremamente comum no cenário político brasileiro.

Embora a formação acadêmica seja um dado relevante neste processo, não se pode atribuir a ela o peso de que as políticas setoriais serão ou não

desenvolvidas satisfatoriamente, estabelecendo uma relação direta entre a função e a formação, principalmente pelo fato de que, na administração pública, o conhecimento, a formação técnica e a experiência geral do setor público devem ser agregados e não fragmentados ou reduzidos às áreas específicas de formação.

Quanto às funções e atribuições que as agentes possuem, referente ao esporte e lazer em seus municípios, encontramos entendimentos variados acerca desta questão. Dentre eles destacamos:

Bom, na realidade o cargo que eu estou hoje é um cargo político, ele é cargo de confiança do prefeito, e no meu caso sou professora de Educação Física, mas é a primeira professora que está assumindo a secretaria de esportes. Então tem que ter o conhecimento político, tem que ser de confiança do prefeito, e no meu caso conhecer a parte técnica da Educação Física (Márcia, agente municipal de Araucária).

Conforme mencionamos acima, a entrevistada reforça que a sua função é, em primeira instância, um cargo político, mas que, embora seja um cargo de confiança, é necessário o conhecimento técnico da área de Educação Física, principalmente pelo fato de ter formação acadêmica nesta área.

Nessa mesma linha de raciocínio, encontramos também na fala de outras entrevistadas a relação entre as questões políticas e técnicas:

É necessário desenvolver algumas ações políticas e técnicas, porque o secretário na época era político e eu como professora acabei desenvolvendo esta função técnica e política. Uma das minhas primeiras atribuições foi formar uma equipe técnica na secretaria, tendo em vista que ele não tinha este contato, este conhecimento, com profissionais da área de Educação Física. Daí, neste primeiro momento eu fui montar uma equipe técnica com condições de criar programas, sobre o que era proposto pelo prefeito (Ester, agente municipal de São José dos Pinhais).

Atribuições hoje, do contexto geral da secretaria, não só do departamento de esportes, mas sim do gabinete dando um suporte direto na questão política e técnica, de secretaria para o secretário, ou seja, uma função mais geral de toda a secretaria (Madeleine, agente municipal de São José dos Pinhais).

Percebemos na fala dessas agentes a aproximação entre o caráter político e técnico, reconhecendo a necessidade de que ambas as ações devem ser realizadas em conjunto. Visto que uma dependerá da outra, o reconhecimento

e a transferência para o capital político poderá vir de uma ação técnica bem executada e esta, por sua vez, também poderá estar atrelada ao capital político envolvido.

Ainda em relação às atribuições referentes aos gestores, encontramos três diferentes entendimentos das respostas anteriores:

Dentro dessas atribuições a gente fechou junto com o CREF para ter uma unificação e colocar realmente as atribuições que um professor de Educação Física tem que ter como dar aula e organizar eventos. A gente sabe que na região metropolitana são poucos que tem concurso na área de esporte. [...] Então nós fizemos o concurso. Eu acho que é uma das grandes vantagens, a gente ter o concursado dentro da secretaria de esporte e lazer (Fernanda, agente municipal de Pinhais).

Percebemos nessa resposta que a entrevistada demonstra uma maior preocupação com a questão técnica e, mais especificamente, com a formação do quadro de profissionais, exigindo que este seja composto por concurso público com profissionais registrados no Conselho Regional de Educação Física.

Tratando-se de política pública, é notório destacar que a maioria das ações parte da avaliação e execução dos decisores políticos (*policy makers*), os quais são representados pelos agentes com envolvimento partidário e/ou envolvimento técnico na referida área.

Finalizando a compreensão geral sobre o que pensam as agentes, sobre seu papel e atribuições frente à estrutura de esporte e lazer, chamamos a atenção para as últimas duas respostas que obtivemos:

Veja o seguinte, nós entramos com a função principal que é a de administrar e bem. Então hoje nós temos uma política de responsabilidade na inclusão social, sabendo que as ações que temos que fazer é para a comunidade (Marcela, agente municipal de Pinhais).

Coordenar as políticas públicas municipais de esporte e lazer, de uma forma bem ampla e geral, já que o esporte vem se tornando destaque no cenário nacional e vem se sistematizando sua política (Antonia, agente municipal de São José dos Pinhais).

Nas citações acima destacamos os termos “inclusão social” e “políticas públicas”, visto que no bojo geral das respostas as entrevistadas foram as únicas a mencioná-las. Dessa forma elas diferem do entendimento apresentado pelas

outras entrevistadas, não sendo apontado a relação “política e técnica”, mas sim aspectos mais conceituais no tocante às suas atribuições, observando que estes termos se fazem presentes na PNE.

Após conhecermos como as agentes percebem sua função e atribuição frente a seu cargo e posição que ocupam nestas estruturas, avançamos a discussão apresentando, o que seriam, na perspectiva das entrevistadas, os conteúdos das políticas públicas locais (*policy*) representados pelos principais programas e projetos desenvolvidos pelos municípios, no recorte temporal estabelecido nesta pesquisa.

Uma fala recorrente nas três secretarias foi a preocupação em dar-se continuidade aos projetos existentes.

Tudo foi ampliado com o passar do tempo, cada secretário veio e contribuiu um pouquinho. Cada secretário que veio já mudou alguma coisa. Nada do que foi implantado foi perdido até hoje, e acho que isso são coisas boas que a gente conseguiu desenvolver. Estar aqui, todos funcionários de carreira, a gente acaba não deixando de lado tudo que veio. O que cada secretário implantou foi continuado e continua crescendo, continua dando frutos e essas coisas só aumentam (Joana, agente municipal de Araucária)

Trabalhamos com um foco específico no início que era, segundo a ordem do prefeito, dar continuidade aos bons projetos e assim manter todas as atividades que tiveram uma boa avaliação (Marcela, agente municipal de Pinhais)

Neste período que estamos à frente da gestão, a gente passou por uma fase de reestruturação da secretaria, porém a gente se preocupou também em dar prosseguimento às atividades que já existiam (Antonia, agente municipal de São José dos Pinhais).

Outro ponto de destaque citado em todas as entrevistas diz respeito aos programas de esporte e lazer denominado pelos entrevistados como “escolinhas de esporte”, modalidades de treinamento e lazer para a comunidade. Estas atividades foram apontadas em todos os municípios.

Dentro deste período todo, eu posso destacar aqui um projeto que pegou. [...] [o objetivo do projeto é] fornecer as escolinhas para a comunidade, então dentro disso a gente oferece escolinhas de vôlei, futebol de salão, futebol de campo, hoje tem capoeira, tem caratê, tem ginástica rítmica, tem balé, tem dança, tem espaço para a comunidade. [...] [outro objetivo] é levar para a população carente um espaço. Como a gente não tem um lugar específico,

entra lá no bairro, monta cama elástica, piscina de bolinhas, brinquedos infláveis, mais o pessoal da cultura e do o esporte. Então a gente faz esse movimento, que nesses anos todos funcionou legal. (Fernanda, agente municipal de Pinhais)

Os programas foram na verdade a ampliação das escolinhas e dos treinamentos, além das atividades desenvolvidas nos centros e núcleos de esporte e lazer existentes nos bairros (Nilcéia, agente municipal de São José dos Pinhais).

A partir deste ano nós começamos a conceituar alguns programas em todos os esportes. Escolinhas de modalidades esportivas, os tradicionais, que seriam basquetebol, handebol, voleibol, futsal, futebol de campo. (Ester, agente municipal de São José dos Pinhais).

Compreendemos que entre esses municípios há execução de projetos semelhantes entre si, o que num primeiro momento poderia ser explicado pelo fato destas secretarias serem responsáveis por desenvolverem as políticas setoriais de esporte em suas cidades. Porém, a aproximação destes programas revelam que no sub-campo das políticas públicas de esporte e lazer na esfera local, as “escolinhas de esporte” demonstram ser um *habitus* extremamente presente nas ações locais, ou seja, é a interiorização do esporte de rendimento, que é uma das possibilidades de manifestação do esporte, e que se situa na posição de dominante no campo esportivo nacional, estando presente nos principais projetos desenvolvidos pelas secretarias municipais de esporte e lazer.

Após identificarmos nas escolinhas de esporte, nos treinamentos e nas atividades de lazer um denominador comum nas ações desenvolvidas pelas secretarias, apontamos agora os programas e projetos que diferem entre os municípios.

Nós temos o bolsa atleta que é uma lei municipal. Uma coisa boa e ruim segundo alguns aspectos, como tudo na vida, né? Temos hoje mais de 400 atletas atendidos por essa bolsa e também temos esse trabalho de poder estar administrando isso. Isso não é uma coisa muito fácil de você conseguir manter, um auxílio em dinheiro que envolve também questões de cunho político não social. Isso é um desafio que nós tivemos desde o começo dessa administração atual e que também as outras pessoas que cuidavam na administração anterior tinham, mas é um programa bom para a maioria dos atletas (Joana, agente municipal de Araucária).

Conforme a fala desta entrevistada, percebemos algumas particularidades, pois apenas um dos municípios dispõe de uma lei municipal

denominada “Bolsa Atleta”, que visa como uma política regulatória e distributiva (SECCHI, 2010), estabelecer um padrão de atendimento, gerando benefícios a um determinado grupo de agentes, que neste caso são os atletas do município, os quais devem atender aos critérios estabelecidos na referida lei.

Cabe destacar que esta política, o Bolsa Atleta, foi institucionalizada e desenvolvida pelo Ministério do Esporte a partir de 2004, estando presente também na PNE, como uma política pública de incentivo ao desenvolvimento do esporte no país.

Outro dado relevante em relação aos programas e projetos desenvolvidos nos municípios se refere à relação de “convênio e parceria” entre a secretaria de esporte de São José dos Pinhais e o governo federal na implantação de alguns projetos. Foram citados na fala abaixo programas como: Segundo Tempo, PELC, Praça da Juventude, Praça do PAC e Pintando a Cidadania. Segundo o ME³⁶, estes programas são ações que visam desenvolver e ampliar o acesso ao esporte no país.

A gente pode ressaltar os programas com o convênio Federal, as parcerias com o governo Estadual e outras entidades não governamentais. As academias para portadores de necessidades especiais, sendo que neste ano a gente conseguiu inaugurar a primeira no estado do Paraná. O projeto do centro paraolímpico que vai ser uma referência mundial, os projetos com o governo federal, como o Segundo Tempo, a Praça da Juventude, a praça do PAC, Pintando a Cidadania, enfim, projetos nunca desenvolvidos no município, e nós conseguimos através de contatos e da abertura e conhecimento dentro do ministério (Madeleine, agente municipal de São José dos Pinhais).

É interessante assinalar que estes mesmos projetos não foram mencionados pelas agentes dos municípios de Araucária e Pinhais, sendo que estas ações foram desenvolvidas, dentre os três, apenas em São José dos Pinhais.

Buscando compreender este dado, indagamos a todas as entrevistadas, se os conteúdos destes programas (*policy*) explicitados e desenvolvidos em seus respectivos municípios tiveram em algum momento influência de alguma diretriz nacional, ou foram planejados e implantados pela própria equipe da secretaria.

³⁶ Para maiores esclarecimentos sobre estes programas, visitar a página oficial do Ministério do Esporte: <<http://www.esporte.gov.br>>.

Não, não, em nenhum momento, nós seguimos as nossas diretrizes. Nós temos as reuniões no final de cada ano e estabelecemos as nossas metas. Nós temos na secretaria uma dificuldade que é a falta de um profissional específico que desenvolva, encaminhe e acompanhe os projetos, pois temos aqui projetos do Ministério e da Secretaria Nacional de Segurança, PRONASCI, que até hoje não saiu do lugar. E manda documento, manda documento, acompanha e acompanha e, às vezes, as questões só podem ser vinculadas a questões políticas mesmo, não tem outra forma. De repente uma cidade vizinha da gente, por exemplo, eles já estão lá com o PELC já faz um ano e pouco. O nosso prevê exatamente as mesmas coisas que o projeto deles, de repente lá faz e aqui não sai, quer dizer [pausa] [risos]. Por isso que a gente tem que ir a campo para trabalhar em eleição porque aí tem coisas que não tem motivo, né? Mas acontece! (Joana, agente municipal de Araucária)

A entrevistada reconhece que falta em sua equipe um profissional capacitado para o desenvolvimento destes projetos, que elabore, encaminhe e os acompanhe em todas as suas fases. Porém, a mesma salienta que a Secretaria de Esporte já encaminhou um projeto vinculado à Secretaria Nacional de Segurança, e o projeto até hoje não se efetivou. A fala da entrevistada demonstra que o desenvolvimento dos projetos pode estar relacionado às questões políticas, pois a mesma conhece outro município que apresentou o mesmo padrão de projeto que o seu, porém neste local o programa já está sendo realizado.

Em relação ao município de Pinhais, a agente entrevistada assinala que todas as ações são desenvolvidas pela própria secretaria, e que inclusive encontra dificuldades em realizar projetos junto ao ME.

Infelizmente não conseguimos, nós tentamos muito projetos de nível federal, mas não conseguimos. Então, todo este investimento é exatamente próprio. [...] O Prefeito triplicou nosso orçamento e ainda continua pequeno pelo que a gente quer fazer, né? Pelo que nós estamos demonstrando, mas tudo feito com recursos próprios (Marcela, agente municipal de Pinhais).

Segundo a próxima entrevistada, percebemos que, mais uma vez, apenas um dos municípios investigados reconhece utilizar diretrizes do governo federal nas suas ações locais, principalmente na questão de programas vinculados ao ME.

Utilizou, até porque a diretriz nacional ainda tá se desenhando. Então, de certa forma, a gente vem acompanhando aí as tendências e projetos que o próprio Ministério de Esportes vem

tentando implementar, alguns já experimentados ou em fase de experimentação, outros em forma de ampliação, como é próprio PELC, que é programa de esporte e lazer, o Pintando a Cidadania, que a gente está por executar aqui no município. O Segundo Tempo também está avançado, e tem mais ações como os programas de infra estrutura que são a Praça da juventude, a Praça do PAC, e todos estes dentro de uma linha, uma diretriz de usar o esporte como ferramenta de inclusão social (Antonia, agente municipal de São José dos Pinhais).

As respostas acima mencionadas sobre uma possível utilização de alguma diretriz nacional no desenvolvimento das políticas locais nos apontaram uma questão pertinente nesta relação, a qual é representada por uma possível interferência político-partidária destacada como um facilitador ou uma barreira no diálogo com o ME, pois os agentes de dois dos municípios investigados citaram nas suas falas dificuldades na obtenção de projetos junto ao ME, quando comparados ao terceiro município investigado, que relata já desenvolver alguns programas em parceria com o governo federal.

Desta forma, com o objetivo de melhor compreender estes questionamentos, ou seja, compreender até que ponto esta relação político-partidária pode influenciar o canal de comunicação entre a esfera municipal e federal, indagamos as profissionais entrevistadas como se deu, no período de 2005 a 2010, a relação de financiamento do governo federal às ações desenvolvidas nas suas secretarias.

Segundo uma das agentes, houve em dez anos um repasse federal para a construção de uma piscina e vestiário, sendo todas as outras ações mantidas com verba própria do município.

Nesses 10 anos que eu estou aqui, nós recebemos apenas verba de repasse federal para a construção de uma piscina no centro de treinamento, construção do vestiário no CAIC, e agora talvez venha para a academia ao ar livre, mas vamos dizer assim, para manutenção dos projetos tudo com verba própria do município (Marcia, agente municipal de Araucária).

Para outra agente do mesmo município a Paraná Esporte³⁷, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento da política estadual do esporte, deveria

³⁷ A Paraná Esporte é uma autarquia, vinculada à Secretaria de Estado da Educação – SEED, sendo competente pela elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.

interceder junto ao governo federal para maior efetivação de financiamento aos municípios.

[A] Paraná Esporte, que é o órgão maior do esporte dentro do nosso estado, entendo que a atribuição seria deles, de interceder junto aos municípios para que essas coisas possam acontecer (Joana, agente municipal de Araucária)

Conforme mencionou uma das agentes de um dos municípios, o financiamento para o esporte e lazer via governo federal nunca foi filosofia nos governos anteriores, porém como a gestão atual tem maiores relações político-partidárias, há a preocupação em trazer benefícios à cidade, como por exemplo, a construção de um complexo esportivo denominado Praça da Juventude que será implantada, aproximadamente, em 2012.

Nessa atual administração ela tem uma parceria muito grande, então eles têm uma filosofia de buscar muito recurso, então eles estão correndo bastante atrás disso, mas é novidade para o município, que nunca vivenciou isto (Fernanda, agente municipal de Pinhais).

Esta fala demonstra que a gestão atual iniciada em 2009, possui um maior vínculo político partidário com o governo federal, sendo para a entrevistada o motivo principal na obtenção de recursos à cidade.

Em contrapartida, nas falas anteriores de agentes deste mesmo município, houve no período de 2005 a 2010 a tentativa de parceria entre as Secretaria Municipal e o ME no desenvolvimento de alguns projetos e programas, porém os mesmos não foram aprovados.

Neste entendimento cabe ressaltar que o ME está sob a coordenação de um dos partidos que compõe a base do governo federal, o que não significa dizer que convênios e parcerias serão diretamente realizados, levando em consideração que, em muitos casos, os partidos que são a base governista em nível federal, não seguem a mesma tendência na esfera estadual e municipal.

Dando continuidade a essa discussão, vamos conhecer como se estabeleceu a relação do financiamento no município de São José dos Pinhais. De acordo com uma das agentes entrevistadas e que atua há mais de dez anos no município, o financiamento para alguns programas de esporte e lazer se efetivaram significativamente a partir de 2009, ou seja, período este que marca a

entrada de uma nova gestão municipal. Segundo esta mesma entrevistada, foi na última administração que houve o repasse de verba para a realização de programas que também se iniciaram no mesmo período.

Atualmente eu sei que ela tem recebido para o programa Segundo Tempo, o PELC que é o projeto para esporte e lazer na cidade, que vem juntamente com o Ministério da Justiça e o Ministério do Esporte, a parceria, eu acredito que são dois Ministérios. É recente, é nessa última administração que vieram estes recursos (Nilcéia, agente municipal de São José dos Pinhais).

Corroborando com essa afirmação, encontramos na fala de outra entrevistada do mesmo município, algumas informações que demonstram que a partir da nova gestão frente à secretaria municipal, inúmeros projetos foram desenvolvidos e, conseqüentemente, maior foi o financiamento para execução destas ações, chegando ao valor aproximado de oito milhões de reais via ME e Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para a execução destes programas os quais foram citados nas questões anteriores.

Recebemos em torno de oito milhões para a implementação e execução dos projetos do governo federal e a gente vai buscar mais ainda, você pode ter certeza que a gente vai buscar mais financiamento, para melhorar a estrutura, principalmente a estrutura de esporte e lazer e a oportunidade principalmente às crianças e jovens (Madeleine, agente municipal de São José dos Pinhais).

Após estas informações, retomamos os questionamentos expostos sobre a possível interferência da questão político-partidária como um facilitador ou barreira na implementação e financiamento de ações referentes às políticas setoriais do esporte na esfera local. Para ilustrar esta relação, elaboramos a tabela abaixo com dados retirados do Portal da Transparência³⁸, trazendo dados referente ao repasse de verba do governo federal via ME aos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais.

TABELA 6 – REPASSE FINANCEIRO POR MEIO DE CONVÊNIO ENTRE O MINISTÉRIO DO ESPORTE E OS MUNICÍPIOS DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2010.

³⁸ Fonte: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>

PERÍODO	ARAUCÁRIA	PINHAIS	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2005	R\$ 48.484,80	Xx	Xx
2006	Xx	Xx	50.000,00
2007	Xx	Xx	Xx
2008	Xx	Xx	Xx
2009	Xx	Xx	R\$ 114.078,00
2010	Xx	Xx	R\$ 1.283.458,00

FONTE: O autor (2011) ³⁹

Conforme os dados acima, constatamos que é a partir de 2009 que ocorre uma relação significativa em relação aos convênios e financiamentos para os programas de esporte e lazer no município de São José dos Pinhais, ou seja, período este em que novos agentes com maior aproximação político-partidária, assumem a coordenação da Secretaria de Esporte e Lazer do município. Observando a fala das entrevistadas com os dados apresentados na tabela acima, percebemos que a proximidade dos agentes na estrutura partidária pode ser um canal facilitador para o desenvolvimento das ações entre a esfera federal e local.

Bourdieu (1983) exemplifica que a competição dentro de um campo é semelhante a uma luta em que os agentes lutam, ou jogam de acordo com seus recursos, neste caso seus capitais. Esta ação de luta ou jogo se traduz nas dinâmicas sociais por meio das práticas incorporadas, ou seja, o *habitus* incorporado pela experiência e vivência no campo em questão, e que possibilitará ampliar as estratégias e especificidades para cada ação, através do que Bourdieu denomina como a “ percepção do jogo”.

Assim, quando o ME fortalece com programas, projetos e recursos financeiros as secretarias municipais que comungam da mesma estrutura partidária, promove a ampliação do capital político e social destas tanto na esfera local e quanto global e, por consequência, garante a manutenção dos agentes que ocupam estas estruturas, mantendo-os na posição de dominantes na interseção entre o campo esportivo e político.

³⁹ Dados obtidos pelo endereço eletrônico na internet da Controladoria-Geral da União (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2010).

Percebemos, portanto que em relação aos programas, projetos e ao financiamento de forma geral, o ME demonstra não estabelecer uma relação de equidade entre os municípios, tendo em vista que São José dos Pinhais apresenta maior proximidade com a referida instituição. Esta proximidade se dá, principalmente pela sua posição e capital envolvido no campo, possibilitando a este município participar do “jogo social e desta disputa” com maiores oportunidades quando comparada aos municípios de Araucária e Pinhais.

Para avançarmos em nosso objeto de análise, mais especificamente a respeito da Política Nacional do Esporte, passaremos a partir de agora a compreender se estes municípios já tiveram acesso a esta política e qual o seu entendimento sobre a mesma.

De acordo com uma das agentes de Araucária, a equipe técnica da secretaria de esporte deste município, praticamente não teve contato ou conhece a PNE, pois no seu entendimento além de estarem muito distantes do ME, não há no Paraná uma Secretaria Estadual do Esporte, que possibilitasse tal aproximação.

Para ela embora a Paraná Esporte seja atualmente esta referência, a mesma não promove a contento tal relação, pois mais uma vez a relação político-partidária parece sobressair no contato entre esta instituição e alguns municípios do Estado. Assim, de forma geral este município cita conhecer dois programas do ME e não efetivamente a PNE.

Na verdade muito pouco, eu acho até que nós estamos muito longe assim do Ministério, eu até coloco que nós estamos muito longe porque em minha opinião nós não temos um órgão estadual do esporte, nós temos a Paraná Esporte, [...] mas que não atua em todos os municípios como deveria atuar, ela atua nos municípios onde ela tem parceiros políticos, a verdade é essa. Então nós ficamos sabendo pouco sobre a política nacional, sabemos apenas de alguns programas como, por exemplo, Pintando a Liberdade e Segundo Tempo (Marcia, agente municipal de Araucária).

No município de Pinhais encontramos nas respostas de duas agentes, uma aproximação com a entrevistada acima, pois a primeira agente indagada menciona conhecer teoricamente tal política, mas na sua concepção a mesma nunca foi utilizada no município. Já a segunda agente responde que nunca ouviu

falar sobre a PNE, e que a equipe da secretaria trabalha diretamente com as suas próprias diretrizes, ou seja, sua política interna.

Assim como em Araucária, ambas as entrevistadas não abordam nenhuma diretriz ou objetivo da PNE, mas entendem como ação desta política os projetos e programas que foram desenvolvidos pelo ME.

A gente tem conhecimento, vamos dizer assim teórico, mas não prático, porque é aquilo que eu falei, dentro do município a gente nunca usou isso, mas conhecemos o projeto da Praça da Juventude, o Segundo Tempo, e outros (Fernanda, agente municipal de Pinhais).

Eu não ouvi falar ainda sobre esta política, nós estamos trabalhando aqui hoje diretamente sobre a política interna, que é a nossa diretriz, nosso plano de governo. Mas em nível de política nacional o que eu posso dizer é que vejo os projetos que estão como uma política é, como uma política, mas não é uma política de tão fácil acesso (Marcela, agente municipal de Pinhais).

Em relação ao município de São José dos Pinhais, encontramos duas diferentes respostas. A primeira refere-se a uma agente que atua há mais de dez anos na gestão e que, segundo ela, já ouviu falar sobre a PNE mas não tem conhecimento sobre a mesma, e acredita que de forma geral não haja essa interação entre a secretaria e o ME em relação a esta política.

Olha, eu particularmente ouvi falar, mas não tenho conhecimento sobre, e em nível de secretaria a princípio também não tenho conhecimento que haja essa interação aí, entre a secretaria, ministério e essa questão da política nacional (Nilcéia, agente municipal de São José dos Pinhais)

Já a segunda agente entrevistada menciona ter conhecimento sobre a PNE, e cita ter participado de uma das suas ações que é a Conferência Nacional do Esporte, tendo contribuído na realização da Conferência Regional no município.

Há o conhecimento e contribuimos nesse ano de 2010 porque a gente promoveu o fórum de debate sobre o esporte aqui na cidade, que foi a pré-conferência, a qual elegeu delegados pra Conferência Estadual que foi remetida a Conferência Nacional, da qual participamos inclusive representando o estado. O esporte está amadurecendo, porque essa foi à terceira conferência, então a primeira ela tomou assim um processo inicial de conhecimento de todos os cantos do Brasil aí trocaram uma série de idéias e

experiências, a segunda já amadureceu um pouquinho mais e a terceira deu um salto muito grande, porque ela tirou as diretrizes dos próximos 10 anos para o esporte. Então de certa forma a gente participou do processo e vem participando pra gente fortalecer o esporte brasileiro e esse trabalho é extremamente necessário para o amadurecimento do sistema esportivo nacional (Antonia, agente municipal de São José dos Pinhais).

De acordo com a PNE, nos itens 17 e 18, encontramos duas afirmações a respeito do papel da Conferência como uma ação estratégica da referida política:

- Ampliação da participação da comunidade esportiva e da sociedade na implementação da política, mantendo canais permanentes de comunicação.
- Garantia de mecanismos de controle e avaliação permanentes da PNE, com a participação dos Conselhos e dos Gestores Estaduais e Municipais, e através da Conferência, visando o acompanhamento contínuo das ações em todos os níveis de execução, para direcionar e redirecionar seu processo de planejamento (2005, p. 47).

Assim podemos considerar que a última entrevistada avança em comparação às respostas anteriores, abordando uma questão que não foi apresentada pelas outras agentes, mencionando a Conferência Nacional do Esporte como uma ação preconizada pela PNE, a qual já foi citada no Capítulo 2 deste trabalho.

Cabe ressaltar mais uma vez que essa agente apresenta relação partidária com os agentes do ME, promovendo maior interação entre as ações previstas entre o macro e o micro campo. Porém, isto não exime as agentes que não possuem vínculo partidário a não se envolverem nas questões do processo e nas decisões políticas, mas ao contrário, estas devem buscar conhecer e compreender as “regras do jogo”, fazendo o caminho inverso, ou seja, se inserindo nas questões macro da política setorial do esporte, não esperando simplesmente o contato da esfera maior que neste caso é o ME, mas aproximando-se do global representando as suas estruturas e o seu espaço social local.

É importante destacar que essa aproximação somente será possível, se os agentes da esfera local, ampliarem seu capital político e técnico (institucionalizado) na interseção entre o campo político e neste caso o campo esportivo, pois quanto maior este capital, maior será a sua condição de compreensão das “regras do jogo”, ou seja, a participação e a análise das

demandas presentes neste espaço, como os programas, projetos, ações e políticas de governo, pois estas ficam restritas apenas àqueles que dispõe deste *habitus* político e técnico, que os permite interagir sistematicamente no processo de conflito e consenso posto nas lutas internas ao campo.

Destacamos que o *habitus* político não se restringe simplesmente na inserção dos agentes nas estruturas partidárias, mas ao passo de que estes desenvolvam conhecimento técnico, o qual pode ser representado pelo capital institucionalizado, compreendendo os conceitos da política pública, e nesta perspectiva da política setorial do esporte, ou seja, suas instituições, seu processo, seus conflitos e os conteúdos que são os resultados desenvolvidos e postos no contexto prático por meio de ações, como por exemplo, os programas e projetos abordados nas diferentes esferas de governo.

Em nosso entendimento a “ampliação do conhecimento” frente às questões conceituais e técnicas possibilitará aos agentes perceberem a necessidade de inserção no campo político, pois todo o processo, embate e decisão frente às políticas públicas estabelecem nesta arena, e portanto, os profissionais devem buscar conhecer este espaço, suas regras, quem são os jogadores e o que está em jogo, lembrando mais uma vez que este conhecimento não precisa ocorrer via relação partidária, mas deve se fundamentar na incorporação de teorias, conceitos, tradições históricas, além de dominar a linguagem (retórica política) presente no debate, como um importante recurso.

Portanto, a dinâmica social estabelecida na interação entre o campo político e o campo esportivo, exige uma apropriação do próprio jogo, investimento no jogo que é produto do jogo, ao mesmo tempo em que é a condição do funcionamento do jogo (BOURDIEU, 2010).

Feito este esclarecimento, e buscando compreender a relação entre as Secretarias de Esporte e Lazer e o ME, perguntamos aos agentes dos municípios investigados, como os mesmos percebem a interação entre estas estruturas, e como a mesma poderia ser aprimorada.

Acredito que este diálogo pode ser melhorado, criando a Secretaria Estadual de Esporte, pois enquanto ela não existir, nós vamos ficar sempre dependendo da secretaria de educação e a divisão de verba com esta secretaria. Acho que este é o primeiro passo, pois para que você tenha política de lazer integrada a qualidade de vida e claro ao esporte, o primeiro passo é a criação

da Secretaria Estadual, e a partir daí vamos estar mais perto do Ministério (Marcia, agente municipal de Araucária).

Teria de ser construída uma ponte, não tem ponte e isso é uma coisa extremamente importante, a gente tem que ter ponte, por exemplo, você tem um departamento, para chegar no secretário, para chegarmos ao prefeito chegamos através do secretário, que é a ponte. Então tudo tem que ter ponte, por isso eu acho que o Ministério do Esporte é uma coisa muito longe pra nós na verdade, longe e fora da nossa realidade eu diria. Eu vejo as organizações, vejo as pessoas se articulando, se movimentando para a olimpíada, para a copa, e parece que tudo isto é uma coisa muito distante da nossa realidade e que daqui a algum tempo pode estar batendo na nossa porta, mas nós não participamos disso. É lógico que num âmbito geral é difícil você conseguir unir esse pessoal, e nós perdemos bastante, não conseguimos regionalizar as coisas, nós não conseguimos nem nos reunir em região, para fazer propostas e conversar. Então sabe, tudo começa de várias questões estruturais, acho que a Paraná Esporte, tem muita gente boa lá dentro que pode agregar os municípios, mas tem que ser feito. Particularmente, para mim, o Ministério do Esporte é uma coisa bem longe, se você não for prefeito, deputado federal, deputado estadual, não consegue relação, e isso deveria conseguir uma facilidade através do nosso órgão estadual do esporte (Joana, agente municipal de Araucária).

De acordo com estas agentes a relação entre os ME e as secretarias municipais está muito distante, e fora da realidade destas cidades. Ambas convergem para a necessidade de implantação de uma Secretaria Estadual do Esporte, a qual seria a responsável pelo desenvolvimento das políticas de esporte no Estado.

Esse órgão na opinião das entrevistadas facilitaria a comunicação entre a esfera federal e municipal, servindo como “ponte”, ou seja, como uma instituição que encurtasse a distância entre o governo federal e os governos municipais, limitando a relação político-partidária como ação preponderante na aproximação entre os governos.

Ampliando esta discussão, apresentamos a compreensão deste questionamento na perspectivas de duas outras agentes:

Nós estamos num estado grande que é o Paraná, que não tem uma política estadual de esporte. O Ministério tem atuado com mais propriedade em cima de alguns recursos, que a gente sabe que é recurso mínimo, né? E eu acho assim, o relacionamento às vezes se torna mais político do que prático, porque pra você conseguir alguma coisa ter que ter alguém que conheça um fulano. Talvez fosse diferente essa maneira de trabalhar com os municípios, que a gente sabe hoje que tem município em que o

prefeito tem conhecimento com pessoas ligadas ao Ministério, e consegue trazer recurso para programas. Nada contra isso, agora, eu acho o seguinte, se o Ministério tem isso, porque não fazer isso para todos, né? Então eu acho que isso é uma diferença muito grande (Fernanda, agente municipal de Pinhais).

Infelizmente eu acho que o governo federal não tem condições econômicas de atuar com projetos e programas em todos os municípios, então esta relação vai depender exatamente do lado político. Por exemplo, nós entramos com um monte de projetos junto a Ministério, porém quando chega nos tramites finais temos dificuldades de aprovação, e isso é falta de competência? Não, pois temos estrutura aqui no município, mas não temos acesso e capacitação junto ao Ministério. Então para viabilizar estas ações são necessários os laços políticos com os deputados para poder ver se conseguimos alguma coisa. Em relação a melhorar esta relação, eu acho que quando o Ministério fez a Conferência Nacional do Esporte ele fez com a intenção exatamente de trazer todo mundo junto, mas se tornou algo muito grande. Eu acho que o Ministério poderia trabalhar algo individual, chamar o Paraná, ou seja, os estados e trabalhar com mais direcionamento. Então veja que a gente tinha que ter um foco mais direto aí entre Ministério e prefeituras (Marcela, agente municipal de Pinhais).

Assim como relatado pelas agentes de um dos municípios investigados, percebemos também nas opiniões descritas pelas agentes acima, que o ME apresenta dificuldades em desenvolver uma relação mais equilibrada entre os municípios, embora haja também por parte de um destes o reconhecimento de que atualmente as ações desenvolvidas no ME têm avançado. Porém, estas ainda não são capazes de chegar à grande parte dos municípios brasileiros.

Desta forma, essas agentes evidenciam mais uma vez a preponderância da relação político-partidária na obtenção principalmente de recursos, por meio da intervenção de políticos como os deputados federais que representam suas regiões e localidades.

Outro dado significativo nas falas refere-se ao entendimento destas agentes de que o estado do Paraná não possui uma política estadual para o esporte, o que dificultaria o desenvolvimento e orientação das políticas municipais. As mesmas consideram que a relação entre o ME e as secretarias municipais poderia melhorar se houvesse uma aproximação e discussão que acontece por regiões e estados, em que o ME trabalhasse a PNE e suas ações levando em consideração as questões específicas e as diferentes realidades entre os entes federativos e seus municípios, destacando-se nesta proposição, a

importância que os entrevistados atribuem à intermediação do órgão estadual neste processo.

Avançando na dinâmica social em que se procura estabelecer o processo de relação entre as esferas federal e municipal, apresentamos o entendimento de outras agentes entrevistadas. Para uma das agentes que atua há pelo menos dez anos na secretaria, a relação é distante, permanecendo ainda a questão político-partidária a ser a responsável pela engrenagem entre a oferta e a demanda em todo o processo. Para esta entrevistada o ME teria condições de criar mecanismos que potencializassem as ações entre os estados e os municípios, principalmente agora em que seremos sedes dos maiores eventos esportivos mundiais.

A relação é muito distante e infelizmente a questão política partidária é que faz aproximar tanto a esfera estadual quanto na esfera nacional, então está muito distante de haver digamos, diálogo, troca de experiência entres os municípios e o Ministério do Esporte. Acho que poderia ser bem mais difundido, ter uma aproximação maior, ter profissionais interagindo, enfim, até para o fortalecimento do esporte de uma maneira geral, pois se a gente quer sediar uma olimpíada, enfim, eu acho que o Ministério do Esporte tem que estar desenvolvendo, criando metas, traçando objetivos juntamente com estados e municípios, para que o país tenha não só condições de ser sede, mas ser um país que tenha uma expressão dentro dos jogos (Nilcéia, agente municipal de São José dos Pinhais).

De acordo com outras agentes é necessário fazer um levantamento das estruturas esportivas nos estados e nos municípios, pois em muitos casos não há informação referente às políticas públicas de esporte e lazer. Neste caminho, na opinião de uma das entrevistadas falta também interesse por parte de alguns dirigentes esportivos para conhecerem o que está sendo desenvolvido pelo ME, bem como exporem suas dificuldades e realidades.

O que falta são informações, e o interesse de alguns dirigentes esportivos, pois você tem que ir bater na porta, explicar tua realidade, explanar qual a tua necessidade, a tua dificuldade, o que você pode melhorar, e aí correr atrás, não é simplesmente ficar sentado atrás de uma mesa que infelizmente a gente não vai conseguir nada. Então eu coloco assim, o Ministério está lá de portas abertas, seja para governo municipal ou governo estadual, mas desde que tenha um projeto legal, desde que tenha interesse do dirigente público e que ele tenha uma equipe competente (Madeleine, agente municipal).

Através da fala dessa agente consideramos que a informação e conhecimento acerca da PNE, dos programas e projetos são responsabilidades mútuas entre as três diferentes esferas governamentais, ou seja, entre o ME, as secretarias estaduais e municipais do esporte, pois temos percebido que a falta, ou a precária comunicação entre estas estruturas não contribui na otimização do esporte enquanto uma política social.

Para outra agente indagada sobre a relação entre o ME e as secretarias municipais, ela afirma que este processo está evoluindo, considerando que as políticas públicas não se realizam em curto espaço de tempo e, portanto, se faz necessário ampliar cada vez mais as pesquisas científicas e o debate junto ao ME para que se possa aproximar as instâncias locais à macro-estrutura.

Eu acredito que ela ainda precisa melhorar, mas está evoluindo, pois em todo o processo de construção você tem que avaliar que política pública não se emprega da noite pro dia. Então desde a primeira conferência em 2003 ou 2004, se não me engano, está ocorrendo essa construção, sendo importante também os estudos de aplicação científica e os debates. Aí a relação do Ministério e do governo federal para com os municípios será melhor. [No nosso município] conseguimos estreitar essa relação e se inserir aí junto com a política do Ministério para poder avançar na aplicação de mais recursos, mais equipamentos, mais programas, então eu acredito que isso vem evoluindo no Brasil inteiro (Antonia, agente municipal de São José dos Pinhais).

Ainda na concepção desta agente, a mesma considera que os municípios que têm pouco diálogo com o ME, devem fortalecer suas instituições, buscando aproximação com as secretarias estaduais e com os conselhos estaduais do esporte.

Acho que o papel do município é tentar se colocar, se fortalecer como instituição, apesar de a gente saber que vários municípios possuem suas dificuldades e suas particularidades. [...] Na grande maioria dos estados a gente tem as secretarias estaduais de esporte, seus conselhos estaduais de esporte. [...] Então, de certa forma [...] os pequenos municípios aí ou aqueles que estão afastados precisam de alguma forma se inserir nisso e saberem que esse sistema existe. Então tem que se inserir nele e não a gente buscar processos alternativos porque daí a gente vai desconcentrar o grande esforço que precisa ser feito para o esporte avançar (Antonia, agente municipal de São José dos Pinhais)

Sendo assim, a fala acima denota a importância de uma maior aproximação entre as esferas municipais e estaduais na otimização das ações, buscando aumentar seus esforços para o desenvolvimento do esporte.

Percebemos nas falas de algumas das entrevistadas que estas acreditam que a relação entre as estruturas burocráticas e seus agentes nas esferas federal e local ainda não ocorre, ou acontece apenas por meio de limitadas aproximações que se dão principalmente via legenda partidária. Já para outras participantes, a referida relação está evoluindo, e que os municípios têm um papel fundamental, devendo posicionar-se de maneira pró-ativa nesta inter-relação.

A opinião das entrevistadas nos leva a duas questões. A primeira se refere às agentes que possuem vínculo político-partidário com o ME. Estas demonstram possuir um maior capital político e social, e assim detêm uma maior interação e apropriação das ações que o governo federal desenvolve frente à política setorial do esporte. A segunda questão é a de que os municípios que apresentam esta possível dificuldade de interação, também são co-responsáveis por este fato, tendo em vista que é responsabilidade dos gestores públicos municipais (burocratas/corpo político e técnico) a busca pelo conhecimento da política pública setorial de esporte, seus programas, projetos, suas ações e principalmente o conteúdo conceitual que estabelece diferentes diretrizes ao esporte e lazer no país, ampliando a “simples visão do repasse de verbas (financiamento) pontuais”, que acabam não contribuindo para que o esporte enquanto um fenômeno social venha a avançar na condição de um direito reconhecido e legitimado pela sociedade. Acreditamos que, para haver a inserção no campo na inter-relação entre os campos político e esportivo, além da apropriação dos variados procedimentos e conteúdos técnicos das políticas públicas, será necessário conhecimento, o qual pode ser traduzido no desenvolvimento pessoal, por meio da soma do capital cultural e político.

Após esta gama de informações trazidas até o momento, procuramos evidenciar como tem se estabelecido a relação entre o ME e as secretarias de esporte e lazer dos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais no recorte temporal compreendido entre 2005 a 2010. As entrevistas com os representantes destas estruturas burocráticas, orientadas por um roteiro com questões semi-estruturadas nos permitiram refletir acerca da análise da política pública setorial para o esporte, tendo como referência a PNE. Passaremos agora

a explicitar alguns apontamentos que nos permitam emitir nossos entendimentos acerca da relação trazida nesta pesquisa.

Relatamos que nossas observações na arena política ocorreram na interseção entre o campo esportivo e o campo político, espaço social em que se encontram as referidas instituições. Porém é importante esclarecermos que os apontamentos que serão expostos adiante, não levam em consideração a perspectiva da macro-estrutura presente na interseção, pois como foi exposto nos procedimentos metodológicos deste trabalho, não foi possível contar com a participação dos agente/representantes do Ministério do Esporte neste estudo, e assim nossa reflexão acerca da relação entre a esfera federal e municipal, é pautada a partir da compreensão e olhar dos agentes municipais.

A primeira questão que retomamos se refere à formação acadêmica ou profissional das agentes. Das quatro agentes responsáveis pelas respectivas pastas municipais, três não tem formação acadêmica específica na área do esporte, sendo os cargos ocupados por pessoas representantes dos partidos que compõe a base de apoio ao governo eleito. O segundo questionamento se baseia no entendimento que as agentes demonstram ter sobre as suas funções e atribuições na secretarias municipais, em que estas relatam basicamente as funções políticas e técnicas como sendo suas principais responsabilidades. A terceira e quarta questão apontada nesta relação buscou conhecer os principais programas e projetos desenvolvidos nos municípios, e se os mesmos foram implementados a partir de alguma diretriz nacional. Encontramos nestes questionamentos algumas regularidades, como por exemplo, o fato de que pelo menos uma representante de cada município mencionou haver continuidade nos projetos desenvolvidos em gestões anteriores. Outro dado citado em comum foram as escolinhas de esporte e modalidades de treinamento presente nas três cidades. O que mais se diferenciou nesta questão, foi o fato de que apenas um dos três municípios desenvolve programas em parceria com o ME.

Em relação ao desenvolvimento destes projetos, os municípios de Araucária e Pinhais não se utilizam de nenhuma diretriz nacional para sua efetivação, e que as ações partem das próprias equipes municipais. Já São José dos Pinhais afirma utilizar-se, principalmente por meio dos convênios com o governo federal, citando a inclusão social como uma diretriz. É interessante

destacar que nenhum dos municípios cita a PNE como uma possível diretriz para o desenvolvimento das políticas públicas locais.

A sexta questão discutida se pautou no financiamento, indagando se os municípios tiveram o repasse de verba para o desenvolvimento de suas ações. De acordo com as respostas verificamos que em Araucária houve nos últimos dez anos um repasse financeiro para construção de uma piscina e um vestiário. Em Pinhais não se efetivou nenhum financiamento, e em São José dos Pinhais ocorre a partir de 2009 (ano que marca a entrada de nova gestão municipal), a destinação de verbas para o financiamento dos programas que a cidade desenvolve em parceria com o ME.

O sétimo questionamento abordado na pesquisa buscou aprofundar a relação entre a esfera federal e municipal, verificando se os referidos municípios conhecem a PNE. Percebemos a partir das respostas, que a PNE quanto uma macro-política setorial para o esporte no país praticamente não é conhecida pelas agentes participantes desta pesquisa. O que as representantes dos três municípios citam conhecer são alguns programas desenvolvidos pelo ME e que fazem das políticas públicas voltadas ao esporte de cunho escolar e de lazer. Uma das agentes de Araucária considera que a Paraná Esporte (autarquia estadual do esporte) deveria ser um veículo de acesso a PNE. Uma entrevistada de São José dos Pinhais cita que a Conferência Nacional do Esporte (CNE) é um importante passo de conhecimento à PNE. De forma geral constatamos que em nenhum momento foram relatados os conceitos, diretrizes, preceitos e objetivos da PNE, mas somente alguns programas e eventos como CNE como ações da PNE no entendimento das entrevistadas.

A oitava e última questão discutida nas entrevistas tratou de como os municípios vêem a relação com o ME, e o que pode ser melhorado neste processo. Para as agentes de Araucária o ME está muito distante, e se o município não tiver uma boa relação política não consegue se aproximar. Para elas somente será possível melhorar esta relação a partir do momento que se estabeleça uma “ponte” com o ME, que no entendimento delas significa a intervenção do governo estadual nesta aproximação. As agentes de Pinhais demonstram basicamente a mesma opinião das entrevistadas acima, considerando também que para chegar ao ME, os laços político-partidário contribuem significativamente, pois o município já esboçou algumas tentativas de

vinculação de projetos, porém sem resultados satisfatórios. Para estas mesmas agentes esta relação poderá ser melhor implementada quando for desenvolvido uma política estadual para o esporte, e que o ME convoque a cada Estado da federação para conhecer suas diferentes realidades e necessidades.

Ainda nesta questão, duas agentes de São José dos Pinhais consideram que há relação entre o município e o ME, e que esta embora ainda necessite melhorar, a mesma vem avançando principalmente pela realização da CNE e dos projetos e recursos que são destinados via convênio aos municípios. Elas citam também que falta informação e interesse por parte dos municípios em conhecer e estabelecer relação com o governo federal, e que estes deveriam realizar capacitações com as suas equipes de trabalho e assim não ficar aguardando o contato apenas do ME, mas ir ao encontro dele. Ressaltamos que estes agentes demonstram ter maior relação com o ME, tendo em vista sua proximidade político-partidária com a esfera federal.

A síntese acima buscou evidenciar os principais pontos abordados durante o processo de análise das entrevistas realizadas com as representantes dos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, e assim nos permitir responder a problematização central desta pesquisa, que visa identificar se os municípios acima citados utilizaram a PNE como uma diretriz geral no desenvolvimento das suas políticas públicas locais no período de 2005 a 2010.

Conforme o exposto na apresentação e reflexão das falas das oito participantes da pesquisa e com base no referencial teórico abordado sobre a interseção entre o campo esportivo e campo político e na inter-relação entre as instituições políticas, processo político e conteúdos da política, constatamos que os municípios embora conheçam ou desenvolvam alguns programas e projetos do ME, os mesmos não demonstraram um conhecimento específico e aprofundado acerca das teses, preceitos, diretrizes e objetivos que regem a PNE, ou seja, esta análise nos permitiu verificar que ocorrem apenas apropriação de algumas ações e financiamentos, e estes não se apresentam como indicações sistemáticas de que os municípios realmente fundamentaram suas políticas públicas de esporte a partir da Política Nacional, pois não há sustentação teórica nas suas explicações que reconheçam de fato esta macro-política. Assim podemos confirmar a nossa hipótese estabelecida na introdução deste trabalho de que as políticas públicas de

esporte desenvolvidas entre 2005 a 2010 nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais não tiveram referência da PNE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se pautou na investigação entre a esfera federal e municipal, estabelecendo como objetivo geral analisar como a Política Nacional do Esporte orientou o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer em Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, no período de 2005 a 2010. Para tanto identificamos os princípios e diretrizes que regem a macro-política, e analisamos a elaboração das políticas públicas de esporte e lazer nestes municípios, verificando se a referida política foi utilizada como documento norteador neste processo. A compreensão entre o federal e o municipal foi observada pela sobreposição do campo político ao campo esportivo, e nesta, o subcampo das políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil, apontado neste estudo, pelas instituições (*polity*) que representam “o macro e o micro”, ou seja, pelo Ministério do Esporte e pelas secretarias municipais de esporte e lazer de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, buscando compreender como se apresenta o processo conflituoso de interação (*politics*) entre as estruturas, mapeando os agentes, *habitus* e capitais, além dos conteúdos da política (*policy*) presentes nesta inter-relação.

Através das questões gerais que conduziram o trabalho, constatamos que a PNE, enquanto macro-política foi aprovada e institucionalizada em 2005 pelo Conselho Nacional do Esporte, a partir dos debates ocorridos na I Conferência Nacional do Esporte em 2004, tendo como preceito constitucional o acesso ao esporte como um direito de cada cidadão. Seus objetivos e princípios gerais são a democratização, a universalização, a descentralização, o fomento ao esporte de caráter educativo e participativo, a ciência e tecnologia, o incentivo ao desenvolvimento de talentos esportivos, a promoção da saúde e da inclusão social, a estruturação de uma política de financiamento, maior controle e avaliação das ações por meio dos conselhos municipais e estaduais e a estruturação do sistema nacional de esporte e lazer no país, considerando que o esporte deve ser reconhecido como uma política de Estado, estabelecendo uma rede de intervenção entre a União, os Estados e municípios, aproximando estas instituições e assim potencializando as ações, recursos, a continuidade de programas, a fim de atingir os objetivos pretendidos para esta área como uma política setorial. A partir do seu conteúdo observamos que a PNE pode ser interpretada como uma macrodiretriz, ou seja, como uma política pública de nível

operacional estruturante (SECCHI, 2010). Para ilustrar tal entendimento utilizaremos a imagem abaixo que representa a figura de um cabo de aço.

FIGURA 4 – CABO DE AÇO COMO ANALOGIA DE POLÍTICA PÚBLICA



Fonte: Adaptado de SECCHI (2010)

O cabo de aço representa a PNE, baseada na relação entre as esferas federal e municipal. O cabo de aço é formado por várias “pernas” as quais podemos considerar como sendo os seus conceitos, objetivos, diretrizes e ações estratégicas. A “perna ação estratégica”, por exemplo, é composta por vários arames, e um destes pode ser a “ampliação de acesso às práticas de esporte”. Nessa perspectiva, a metáfora acima nos permite, a partir das análises focadas na compreensão dos agentes representantes dos municípios pesquisados, constatar que a PNE apesar de ser uma política estruturante para o esporte brasileiro, a sua tese, seus conceitos e objetivos, ou parte deles, não foram sistematicamente mencionados nos municípios que fizeram parte da nossa pesquisa como diretriz norteadora das etapas de planejamento e implementação das políticas públicas locais de esporte, sendo os programas e projetos na esfera municipal fundamentados pelo entendimento das equipes das secretarias, permeadas pelo *habitus* presente nestas estruturas, em que observamos a regularidade de algumas ações como as “escolinhas de esporte” e as

“modalidades de treinamento” como uma reprodução do esporte de alto rendimento nas atividades locais.

Outro dado significativo encontrado nessa relação se refere ao fato de que os municípios citam conhecer alguns programas do ME, como por exemplo, o Segundo Tempo - programa voltado ao esporte educacional e o PELC - Programa de Esporte e Lazer na Cidade. Embora mencionados pelos três municípios, estes programas se fazem presentes apenas em uma das cidades, a qual apresenta proximidade político-partidária com o governo federal, demonstrando que esta relação pode ser um facilitador na implantação de ações de cunho prático, e que geram imediatos repasses financeiros como os programas acima destacados. Porém ao se tratar de uma macro-política, e neste caso da PNE, esta pesquisa possibilitou perceber que o vínculo partidário não garante a apropriação do conteúdo da PNE pelos municípios, pois mesmo a cidade que reconhece desenvolver ações em parceria com o ME, esta efetivamente não se utilizou da macro-política. Assim confirmamos nossa hipótese de que a PNE não orientou o desenvolvimento das políticas públicas nos referidos municípios.

Apontado a confirmação da hipótese central do trabalho, salientamos outra informação pertinente e obtida na relação entre as duas esferas governamentais, sendo considerada de extrema importância e que pode contribuir, segundo os agentes representantes das cidades, para a melhoria da comunicação entre o ME e as secretarias municipais. Estes consideram que o governo Estadual tem um papel fundamental na articulação e aproximação entre estas instituições, pois o órgão responsável pelo desenvolvimento da política estadual do esporte (Paraná Esporte) pode minimizar o distanciamento físico e técnico-político no desenvolvimento da PNE, dos programas preconizados pelo governo federal e, principalmente, para que o ME reconheça às particularidades dos entes federativos e dos seus respectivos municípios. Para tanto se torna necessário que o governo estadual esteja ciente de seu papel, e que não reproduza o distanciamento constatado nesta pesquisa pela esfera federal.

Ao focarmos nosso olhar para a sobreposição do campo político ao campo esportivo, percebemos que a engrenagem presente na inter-relação se pauta na relação político-partidária, pois o capital político envolvido pode aprimorar ou não o diálogo ali estabelecido, ao passo que a PNE, segundo os dados levantados na pesquisa, ainda não gera demanda nestes municípios, pois

para que haja essa demanda em específico é necessário conhecimento, ou seja, ampliação do capital cultural, aliado ao saber técnico e ao engajamento político. Estes três pilares possibilitarão às cidades avançar na constituição das suas políticas municipais de esporte, além de exigir um maior equilíbrio no diálogo com o governo estadual e federal, passando da posição passiva para um posicionamento autônomo, protagonista e participativo na interseção pesquisada.

REFERÊNCIAS

LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES

ALMEIDA, Bárbara Schausteck. **O Financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ALVES- Mazzoti, ALDA, Judith; Gewandsznajder, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2001.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades dos Campos**. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Pierre. **Ofício de Sociólogo**. Metodologia da pesquisa na sociologia. 5 ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Da Casa do rei à razão de Estado: um modelo de gênese do campo burocrático. IN: WACQUANT, Loic (org). **O Mistério do ministério**: Pierre Bourdieu e a política democrática. Trad. Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005 (a)

_____. Pierre. **O poder simbólico**. 8 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (b).

_____. Pierre. **O poder simbólico**. 12 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

FREY, Klaus. **Análise de políticas públicas**: Algumas reflexões e suas implicações para a situação brasileiras. Cadernos de Pesquisa, nº18, setembro. PPGSP/UFSC. 1999.

_____. Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, vol. 21. 2000. p. 211-259.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises**. 2 ed. Brasília: UNB, 2010.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCHI JR., Wanderley. **“Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. **“Sacando” o Voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

MARCHI JUNIOR, Wanderley; AFONSO, Gilmar Francisco. Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. IN: RIBEIRO, Luiz Carlos (org). Futebol e Globalização. 1 ed. Jundiaí: Fontoura, 2007, v.1, p.127-143.

MARTINES, Isabel Cristina. **As relações entre as organizações não governamentais e o governo do Estado do Paraná no campo esportivo**. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MARTINS, Dilson José de Quadros. **A formulação e a implementação das políticas públicas no campo esportivo no Estado do Paraná entre 1987 e 2004**. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEZZADRI, Fernando. M. et al. Políticas Públicas para o esporte e lazer nas cidades do Estado do Paraná. In: MEZZADRI, F.M; CAVICHIOLLI, F. R; SOUZA, D.L. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão**

de políticas públicas. Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2006. p. 43 – 60.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. Revisada e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Camile L. **Produção televisiva Esportiva**: Um estudo das ações e disposições dos agentes midiáticos a partir do programa Globo Esporte (regional/Paraná). Universidade federal do Paraná, 1997. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VERONES, Luis Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. 370 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E OUTRAS FONTES

_____. Constituição, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 30/10/2009.

_____. Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo país. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 05/11/2009.

_____. Lei 8.672 de 06 de julho de 1993, Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br>>. Acesso em: 05/11/2009.

_____. Lei 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>>. Acesso em: 06/11/2009.

_____. Lei 10.672 de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>. Acesso em: 06/11/2009.

_____. Lei 10.671 de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>. Acesso em: 10/11/2009.

_____. Lei 10.264 de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>. Acesso em: 13/11/2009.

_____. Lei 10.891 de 09 de julho de 2004, Institui a Bolsa-Atleta. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>. Acesso em: 13/11/2009.

_____. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov>. Acesso em: 25/11/2009.

_____. Ministério do Esporte. **Resolução de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer**. In: Documento Final da I Conferência Nacional do Esporte. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/30773326/Politica-Nacional-de-Esportes-Brasil>>. Acesso em: 25/11/2009.

_____. Ministério do Esporte. **Caderno de Potencialidades e dificuldades do Esporte Nacional**. 2004.

_____. Ministério do Esporte. **Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado**. Caderno I: Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano. 2009.

_____. Ministério do Esporte. Conselho Nacional do Esporte. Resolução nº 05 de 14 de Junho de 2005. Dispõe sobre a criação da Política Nacional do Esporte. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de Agosto. 2005. Sec 1, p. 128-132.

_____. Ministério do Esporte. **Controle Antidoping no Brasil: Resultados do Ano de 2003 e Atividades de Prevenção**. 2004.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Transparência nos Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/municipios?letra=>> Acesso em 20 de dez. 2010.

FIRJAM, 2010. Índice de Cidades. ranking das melhores cidades brasileiras MINISTÉRIO DO SAÚDE. Disponível em <<http://www.portal.saude.gov.br/saude/>>. Acesso em 10 Mar. de 2010.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos municípios paranaenses**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em 17 de dez. 2010.

ARAUCÁRIA. Secretaria municipal de Esporte e Lazer. Disponível em: <<http://www.araucaria.pr.gov.br>>. Acesso em 15 dez. 2010.

PINHAIS. Secretária municipal de Cultura, Esporte e Lazer. Disponível em: <<http://www.pinhais.pr.gov.br>>. Acesso em 15 dez. 2010.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Secretaria municipal de Esporte e Lazer. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br>>. Acesso em 16 dez. 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Esporte Para o Desenvolvimento e a Paz**: em direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Senhor (a) está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “A Política Nacional do Esporte e sua relação entre o global e o local”, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, pelo aluno Ricardo Lemes da Rosa, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como a Política Nacional do Esporte orientou o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais – PR, no período de 2005 a 2010.

E como objetivos específicos identificar e analisar os princípios e diretrizes que regem a Política Nacional do Esporte; analisar se os programas, projetos e eventos de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, no período de 2005 a 2010 tiveram referência da Política Nacional do Esporte.

Caso o (a) senhor (a) participe desta pesquisa será necessário conceder uma entrevista com aproximadamente uma hora de duração que será gravada. Essa entrevista será composta por questões que nos auxiliarão no desenvolvimento no nosso objeto de pesquisa, e que sua opinião nos auxiliará em tal tarefa.

Tendo em vista que é a partir das pesquisas científicas que ocorrem os avanços importantes em todas as áreas, a sua participação é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, que poderá trazer grandes benefícios para o entendimento das políticas públicas para o esporte e lazer, mais especificamente da Política Nacional do Esporte.

O (a) senhor (a) tem a liberdade de se recusar a participar deste estudo, ou caso deseje participar, lhe está assegurado o direito de abandonar o estudo a qualquer momento ou não responder a alguma das questões que lhe forem feitas, não implicando em qualquer consequência. É importante observar que sua participação neste estudo é voluntária e não irá refletir em benefício pessoal direto. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato e tão logo a pesquisa termine, as fitas serão desgravadas.

Os possíveis desconfortos que o (a) senhor (a) possa ter em relação a essa entrevista estão ligados principalmente ao receio de que suas declarações

tenham repercussões negativas, mas esses desconfortos serão minimizados ao máximo visto que sua entrevista será realizada de forma individual e suas declarações serão totalmente anônimas.

Estão garantidas todas as informações que o (a) senhor (a) queira, antes durante e depois do estudo. Qualquer dúvida poderá ser esclarecida com o pesquisador pelos telefones (41) 32820471 ou (41) 99795404 das 8:00 h às 18:00 h de segunda a sexta, pelo e-mail ricardorosa100@yahoo.com.br, ou ainda, pessoalmente no Departamento de Educação Física, situado na Rua Coração de Maria, 92, BR 116, Km 95, Jardim Botânico de segunda a quinta das 7:30 h às 17:00 hs.

Eu, _____, declaro que li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Deste modo, concordo em participar desta pesquisa e autorizo a gravação das entrevistas concedidas por mim, bem como a utilização dessas declarações para este estudo. Assim, concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____	_____	_____
Local e Data	Nome do entrevistado	Assinatura
_____	_____	_____
Local e Data	Nome do pesquisador	Assinatura

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGENTES DAS SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER DOS MUNICÍPIOS DE ARAUCÁRIA, PINHAIS E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

QUESTÕES ABORDADOS NA ENTREVISTA

Há quanto tempo você trabalha na SEMEL (secretaria municipal de esporte e lazer)?

Qual função ocupa ou ocupou na SEMEL?

Quais são principais as atribuições e responsabilidades exigidas para o seu cargo / função?

Neste período em que trabalha na SEMEL, quais foram os principais programas, projetos e eventos desenvolvidos?

Em relação ao desenvolvimento destes programas, projetos e eventos, a SEMEL se utilizou de alguma diretriz nacional para sua efetivação?

Caso a resposta seja negativa, Indagar como eles foram planejados e implantados? Quais são as principais dificuldades e facilitadores?

Em relação ao financiamento, a SEMEL recebeu algum repasse de verba do ME para desenvolver seus programas, projetos e eventos?

Como e com quais objetivos ocorreu este repasse financeiro?

Caso a resposta seja negativa, indagar se o município já manteve contato o ME para efetivar alguma parceria, ou busca de recursos. Como foi esse processo?

Você conhece ou já ouviu falar sobre a Política Nacional do Esporte

Resposta seja positiva: pedir para falar sobre (seus objetivos e diretrizes)

Resposta negativa: em sua opinião porque a SEMEL ainda não teve acesso a esta política que é uma diretriz nacional para o esporte?

De forma geral como você analisa a relação entre o Ministério do esporte e secretarias municipais de esporte e lazer?

O que poderia ser melhorado neste diálogo?

APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO COM OS AGENTES DO MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME

Esse é um questionário que objetiva conhecer como se estabelece a relação entre o Ministério do Esporte e os municípios de Araucária, Pinhais e São José dos Pinhais, tendo como análise central a Política Nacional do Esporte. Por favor, responda todas as questões, e em caso de dúvida, entre em contato com os pesquisadores. O resultado dessa pesquisa será a possibilidade de entendermos como a referida política se desenvolve na esfera federal e municipal. Seu nome e a identificação de departamento são confidenciais e não serão divulgados na pesquisa.

1. Há quanto tempo trabalha no Ministério do Esporte?
2. Qual função ocupa ou ocupou no Ministério?
3. Como e com quais objetivos foi criada a Política Nacional do Esporte em 2005?
4. Em sua opinião, como as ações preconizadas pela Política Nacional do Esporte, são incorporadas pelos municípios brasileiros?
*Como esse processo ocorre? Quais são as principais dificuldades e facilitadores?
5. Ainda nessa perspectiva, você considera que os municípios que desenvolvem projetos com financiamento do ME, vinculam estas ações a PNE, ou estabelecem relação apenas com os projetos específicos?
6. Em sua opinião, quais são as ações que tem qualificado os gestores municipais frente ao PNE?
7. De forma geral como você analisa a relação entre o global e o local, ou seja, entre o Ministério do esporte e Secretarias municipais de esporte e lazer?

ANEXOS

ANEXO 1 - CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa



Curitiba, 29 de novembro de 2010

Ilmo (a) Sr. (a)
Ricardo Lemes da Rosa

Nesta

Prezado(a) Pesquisador(a),

Comunicamos que o Projeto de Pesquisa intitulado "**A política nacional do esporte e sua relação entre o global e o local**" está de acordo com as normas éticas estabelecidas pela Resolução CNS 196/96, foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, em reunião realizada no dia 22 de setembro de 2010 e apresentou pendência(s). Pendência(s) apresentada(s), documento(s) analisado(s) e projeto aprovado em 26 de novembro de 2010.

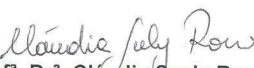
Registro CEP/SD: 1006.131.10.09

CAAE: 0080.0.091.000-10

Conforme a Resolução CNS 196/96, solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos.

Data para entrega do relatório final ou parcial: 26/05/2011.

Atenciosamente


Prof.ª. Dr.ª. Cláudia Seely Rocco
Coordenadora do Comitê de Ética em
Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde
Prof.ª. Dr.ª. Cláudia Seely Rocco
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - SD/UFPR

Rua Padre Camargo, 280 – Alto da Glória – Curitiba-PR – C EP 80060-240
Fone: (41)3360-7259 – e-mail: cometica.saude@ufpr.br